AGRICULTURA E BALANÇA COMERCIAL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 7 — Nº 2-3 FEVEREIRO-MARÇO DE 1983

PERIÓDICOS

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
E
BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Agricultura e Balança Comercial. 2

Comentários

Café 27

Cana-de-Açúcar. 29

Suco Cítrico. 31

Trigo. 35

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo. . .36

Preços no Mercado Interno . . .38

Preços Relativos 40

NOTA DA EDIÇÃO

A pecha de "país essencialmente agrícola", por longos anos aplicada ao Brasil, sempre provocou em diversos setores da sociedade brasileira um certo desconforto. O processo de substituição de importações, que engendrou a industrialização do país, acabou por consolidar uma reação àquela denominação, atribuindo um caráter subalterno às preocupações com o meio rural, só recentemente ultrapassado. Tal preconceito, por assim dizer, não permitiu observar que o maior exportador de produtos agrícolas em todo o mundo é, justamente, o paradigma das economias industrializadas, os Estados Unidos da América.

Mesmo assim, em 1982, os principais complexos de produtos agropecuários foram responsáveis por 37% do valor total das exportações brasileiras, percentual suficientemente expressivo da importância da agricultura na difícil fase por que passa o país.

A presente edição de **Agroanalysis** *dedica-se basicamente ao estudo da contribuição do setor primário para a superação de alguns dos muitos obstáculos com que se deparará nossa economia, em 1983. Procurou-se analisar a influência da política econômica desenvolvida pelo governo federal sobre a agricultura, com particular atenção para as recentes medidas na área cambial.*

É sabido que a atual conjuntura recessiva não é privativa da economia brasileira, mas as autoridades econômicas governamentais dispõem de controle tão somente sobre as variáveis internas (embora podendo influenciar alguns mercados de "commodities"). Assim, o cuidadoso estudo das opções que se apresentam, em termos de política econômica, para afastar o país da área de penumbra em que tem caminhado há meses, é de fundamental importância.

Além do texto principal, a análise Agricultura e Balança Comercial, este número de **Agroanalysis** *contém, também, comentários sobre os mercados do café, cana-de-açúcar e suco cítrico, que complementam a abordagem do artigo de fundo. Também fazem parte da revista um comentário sobre a situação da triticultura no país e a seção Panorama Agropecuário.*

AS DIFICULDADES ATUALMENTE ENFRENTADAS PELA ECONOMIA BRASILEIRA POSSUEM CAUSAS DE ORIGEM INTERNA E EXTERNA E SE DESENROLAM SOBRE UM PALCO DE GRANDES DIMENSÕES, A CHAMADA CRISE MUNDIAL. POR NECESSITAR, COMO TALVEZ NUNCA ANTES EM SUA HISTÓRIA, DE MOEDAS FORTES PARA O FINANCIAMENTO DE SEU DESENVOLVIMENTO, O PAÍS DEVERÁ ATENTAR PARA A CONTRIBUIÇÃO POTENCIAL DA AGRICULTURA. ESTA QUESTÃO E A REALIDADE ECONÔMICA PÓS-MAXIDESVALORIZAÇÃO, SÃO O OBJETO DESTE TEXTO.

Em janeiro de 1982, o **Grupo de Informação Agrícola** elaborou um estudo, publicado em **"Agroanalysis"** daquele mês, em que eram feitas projeções para as exportações de quatro produtos agrícolas (café, cacau, açúcar e soja) que representavam cerca de 30% das vendas totais do Brasil. Com base nesse estudo, foi possível prever, já naquela altura, que o país não alcançaria a meta de US$ 28 bilhões de exportação em 1982. Até o mês de abril, no entanto, representantes do governo e de entidades privadas mantiveram a expectativa de que o objetivo em questão seria alcançado.

O que permitiu aos técnicos do GIA afirmar, com boa dose de segurança, que a meta de US$ 28 bilhões não seria atingida, foi a previsão de que o valor das exportações dos quatro produtos analisados (e seus derivados) registraria, na melhor das hipóteses, um crescimento da ordem de 4%, o que obrigaria o restante da pauta de exportações a crescer a uma taxa de 29%, para se alcançar a referida meta. Isso demonstra que, embora com participação decrescente em nosso comércio exterior, os produtos agrícolas ainda são suficientemente importantes para determinar a possibilidade, ou não, de se atingirem certos objetivos, no tocante às vendas externas.

Como da vez anterior, o objetivo desse estudo do GIA sobre a relação entre a agricultura e a balança comercial é o de servir de balizamento para a monitoração do desempenho das principais exportações agrícolas brasileiras ao longo do ano. Neste sentido, sua função não é, evidentemente, a de alarmar e, sim, a de estimular os exportadores brasileiros a um esforço redobrado, em busca de novos mercados para seus produtos.

Maxidesvalorização: uma surpresa relativa

Boa parte desse estudo sobre agricultura e balança comercial já estava pronta, quando o governo brasileiro decidiu realizar uma nova maxidesvalorização de 30% do cruzeiro. Embora a reação de alguns setores da sociedade tenha sido de surpresa, o fato é que havia crescido consideravelmente, nos últimos meses, a expectativa de uma maxidesvalorização. Dentre os indicadores dessa expectativa, sobressaiam o ágio cobrado nas ORTN's com correção cambial e a alta da cotação do dólar no mercado paralelo. Vários fatores contribuíram para isto: a crise de liquidez cambial enfrentada pelo país a partir de setembro do ano passado, o compromisso, excessivamente ambicioso, assumido com

o FMI e os banqueiros internacionais, de se obter um excedente de US$ 6 bilhões na balança comercial e, finalmente, o resultado modesto (à luz do compromisso já mencionado) registrado na balança comercial no mês de janeiro deste ano.

Surpreendeu, no entanto, o momento escolhido pelo governo para tomar a iniciativa de desvalorizar o cruzeiro. De um lado, porque o governo tinha, há pouco tempo, alterado a política cambial, com o objetivo de garantir, ao longo de doze meses, uma desvalorização do cruzeiro superior, em cerca de 12,7%, à taxa de inflação doméstica e, de outro, porque o país estava em pleno processo de negociação com o FMI e os banqueiros internacionais. A maxidesvalorização acarretaria, necessariamente, a revisão de boa parte das metas econômicas fixadas no âmbito dessas negociações.

Na medida do possível, os técnicos do GIA procuraram incorporar a suas análises os prováveis efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro. É evidente, no entanto, que a iniciativa do governo ainda exige desdobramentos que, por certo, afetarão, de maneira direta ou indireta, o comportamento das exportações brasileiras de produtos agrícolas. Espera-se, contudo, que o presente estudo possa servir, por enquanto, de ponto de partida para a avaliação das conseqüências que a desvalorização mais acentuada do cruzeiro poderá ter para a agricultura brasileira.

O Imposto de Exportação era necessário?

Como em 1979, o governo decidiu, junto com a maxidesvalorização do cruzeiro, criar um Imposto de Exportação para um grande número de produtos agrícolas e seus derivados. Esse Imposto de Exportação faz-se necessário, de imediato, como medida complementar à desvalorização do cruzeiro, em função de duas características básicas do mercado de produtos agrícolas. A primeira delas, é a baixa elasticidade-preço da demanda para esses produtos no mercado internacional. Em linguagem mais simples, isso significa dizer que uma queda nas cotações dos produtos agrícolas provoca, em princípio, um aumento da demanda inferior, proporcionalmente, à redução verificada nos preços. Em conseqüência, a maxidesvalorização do cruzeiro, caso não tivesse sido compensada parcialmente pela criação do imposto, poderia estimular os exportadores de produtos agrícolas a reduzirem seus preços, em dólares, dentro de certos limites, sem comprometer a sua receita em cruzeiros. Tendo em vista, todavia, a baixa elasticidade-preço da demanda no mercado internacional, a arrecadação de divisas do país, com essas exportações, poderia cair. Esse risco era maior, sobretudo, para os produtos em que a comercialização externa é bastante otimizada (grande número de firmas exportadoras) e competitiva. Além disso, a situação atual do mercado de produtos agrícolas, caracterizada por excesso de oferta e retração da demanda, aumenta o poder de negociação dos países importadores, no tocante à fixação de preços. Deste modo, não poderia ser descartada a hipótese de que os importadores, uma vez decretada a maxidesvalorização sem a criação simultânea do imposto, viessem a se apropriar de uma parcela ponderável dos ganhos decorrentes da desvalorização cambial.

É interessante destacar, no entanto, que o argumento da baixa elasticidade-preço da demanda de produtos agrícolas é válido, apenas, em termos agregados. Se um determinado país tem condições de vender, durante um período suficientemente longo, seus produtos agrícolas a preços sistematicamente inferiores aos do mercado internacional, a resposta da demanda, para esse país específico, pode ser bastante significativa. O mesmo raciocínio se aplica às medidas protecionistas destinadas a ampliar o mercado de produtos agrícolas para o agricultor nacional. A instituição de tarifas alfandegárias representa um barateamento relativo da produção do país e, desta forma, contribui para expandir a demanda para essa produção. Há exemplos de situações desse tipo no comércio internacional de produtos agrícolas. Foi graças às facilidades da ***Public Law 480***, que previa, inclusive, a doação de produtos, que os Estados Unidos conseguiram escoar os substanciais excedentes agrícolas do pós-guerra e ampliar consideravelmente o mercado para suas exportações agrícolas. Da mesma forma, subsídios e preços competitivos permitiram à CEE aumentar sua participação no mercado mundial de grãos nos últimos dez anos, dentro de uma estratégia destinada a garantir um nível de renda elevado para seus agricultores. Por essas razões, não se deve perder de vista que uma política cambial realista é um instrumento importante de incentivo à exportação de produtos agrícolas. Sendo assim, seria de se desejar que o Imposto de Exportação adotado pelo

governo brasileiro fosse visto apenas como uma medida de caráter cautelar, destinada a ser eliminada de forma gradual.

A segunda característica do mercado de produtos agrícolas que justifica a criação, embora temporária, do imposto, é a relativa rigidez da produção agropecuária a curto prazo, em decorrência do calendário agrícola. Ou seja: entre uma safra e outra, o volume da produção agrícola não é suscetível de alteração. Como o país colhe, neste momento, a sua principal safra agrícola, que é a de verão, o estímulo à produção, proveniente da maxidesvalorização, só surtirá efeito a partir de fevereiro-março de 1984, quando começará a ser colhida a próxima grande safra do Centro-Sul do país. Sendo assim, o aumento das exportações, conseqüência natural da maxidesvalorização, poderia prejudicar o abastecimento doméstico, no caso de alguns produtos agrícolas.

Apesar de necessário como medida de precaução, o Imposto de Exportação não pode ter caráter duradouro. De um lado, porque a concorrência no mercado internacional de produtos agrícolas vem-se intensificando, com a adoção de políticas protecionistas e a prática de subsídios e, sem uma política cambial realista, os agricultores brasileiros não terão condições de expandir suas exportações. De outro, porque há necessidade de transferir, para os agricultores brasileiros, uma parcela dos ganhos decorrentes da maxidesvalorização, como forma de estimular a produção agrícola, num contexto de preços baixos, demanda retraída, taxas de juros em elevação, e alta dos custos de produção, inclusive devido à maxi.

É desejável, portanto que o Imposto de Exportação seja eliminado em tempo oportuno. Sua retirada deveria ser feita de forma gradativa, levando em conta, para cada um dos produtos afetados, a evolução da situação do mercado internacional e as condições de abastecimento no plano doméstico. No entanto, o fato mesmo de que a retirada do imposto parece inevitável coloca, de pronto, um problema para o governo, qual seja o de evitar que se crie uma expectativa de queda imediata e total dessa taxação, que venha a inibir a exportação de produtos agrícolas. Em 1979, quando ocorreu a última maxidesvalorização do cruzeiro, as exportações de soja e derivados ficaram praticamente paralisadas, durante dois meses, em função da expectativa crescente de queda do imposto. Essa queda tornou-se previsível, naquela ocasião em razão da redução das cotações internacionais, que tornou gravosas as exportações brasileiras daqueles produtos. Há o risco, portanto, de que, no caso dos produtos agrícolas, a expectativa de maxidesvalorização seja substituída pela expectativa de queda do Imposto de Exportação.

Esse, porém, é apenas um dos problemas suscitados pela maxidesvalorização do cruzeiro, no âmbito da agricultura. Outras questões importantes, que terão de ser consideradas pelo governo nos próximos meses, são: o efeito da maxidesvalorização sobre os custos de produção e de comercialização das safras agrícolas, a necessidade de manter o equilíbrio entre a rentabilidade relativa das culturas de exportação e as de abastecimento interno e a reação dos nossos competidores diante da desvalorização do cruzeiro e da taxação que incidirá sobre as exportações de matérias-primas agrícolas.

Com efeito, a maxidesvalorização do cruzeiro deverá, em muitos casos, provocar alta considerável dos custos de produção já na próxima safra, em razão da elevação dos preços de produtos agroquímicos (como fertilizantes e defensivos, por exemplo) e do encarecimento dos combustíveis derivados do petróleo. No tocante aos produtos de exportação, espera-se que essa alta dos custos seja compensada, até lá, pela retirada do imposto que incide sobre vendas externas: e no que diz respeito às lavouras de abastecimento interno, cujas possibilidades de exportação são remotas ou inexistentes, a compensação teria que ser obtida via fixação de preços mínimos e de valores básicos de custeio, para a safra 1983/84, que levassem em conta as despesas adicionais acarretadas pela maxidesvalorização.

Preocupa, contudo, verificar que, ainda nesta safra, alguns custos de produção relacionados com as etapas finais da colheita e com a comercialização das safras (sobretudo o transporte) sofrerão o impacto negativo da desvalorização acentuada do cruzeiro. Num mercado de produtos agrícolas que já se caracteriza por uma certa retração da demanda, decorrente das altas taxas de juros, da política salarial restritiva e da recessão econômica, esse impacto negativo adicional pode resultar em nova redução da procura por certos gêneros alimentícios, comprometendo, mais uma vez, a remuneração dos produtores.

Tendo em vista esse conjunto de problemas, o governo terá que tomar iniciativas capazes de manter o equilíbrio entre a rentabilidade oferecida pelas lavouras de exportação e o incentivo que deve ser dado aos cultivos destinados ao abastecimento interno. É verdade que, em certa medida, a distinção entre lavouras de exportação e cultivos de abastecimento interno é artificial. Não há como negar, no entanto, o fato de que existem produtos cujo preço, no mercado interno, é fortemente afetado pela situação do mercado internacional ou pela renda, em cruzeiros, que pode ser auferida com as exportações; enquanto, para outros, o preço é determinado, sobretudo, pelas condições do mercado interno. Por isso, a maxidesvalorização do cruzeiro, ao elevar a rentabilidade relativa das culturas de exportação, altera o equilíbrio existente no setor agrícola, em detrimento das lavouras de abastecimento interno.

Dentre os instrumentos de política agrícola que o governo poderá usar para contornar essas dificuldades, destacam-se os preços mínimos e os valores básicos de custeio. Os preços mínimos, sobretudo no caso das lavouras de abastecimento interno, cuja demanda será afetada pela recessão, pelo encarecimento do transporte de cargas e pela maior severidade da política salarial, deveriam ser utilizados no sentido de assegurar a plena cobertura dos custos de produção dos agricultores. Da mesma forma, os valores básicos de custeio, reajustados em consonância com a elevação dos custos, garantiriam um volume adequado de financiamento a essas lavouras. Essas duas iniciativas, no entanto, não bastam para restabelecer a situação que prevalecia no setor agrícola antes da maxidesvalorização, uma vez que impedem, apenas, que a rentabilidade das culturas de abastecimento interno experimente redução em decorrência da desvalorização do cruzeiro.

Como medidas positivas, o governo poderia cogitar de reduzir a carga de impostos que incide sobre a comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade, que são comercializados predominantemente no mercado interno. Haveria, mesmo, a possibilidade de se subsidiar a aquisição desses produtos pelas famílias de baixa renda. Poderia ser concedido um incentivo, igualmente, à produção de lavouras que se prestam a substituir o trigo, produto de importação cujo preço aumentará em razão da maxidesvalorização. Mesmo com esse conjunto de providências de curto prazo, será difícil evitar, porém, que aumente, de imediato, a rentabilidade relativa das culturas de exportação. Por isso mesmo, seria recomendável que o governo reforçasse, simultaneamente, os programas de pesquisa agrícola e de extensão rural voltados para as culturas de abastecimento interno, como forma de elevar, no médio prazo, a produtividade dessas lavouras e de reduzir-lhes os custos de produção.

Finalmente, a maxidesvalorização do cruzeiro, assim como a taxação que incidirá sobre a exportação de matérias-primas agrícolas, poderá suscitar reações por parte de alguns dos nossos concorrentes no mercado internacional de ***commodities***, caso resultem em alteração significativa do fluxo de exportações brasileiras para determinados mercados. A maxidesvalorização beneficiou, de forma integral, as vendas externas de carne avícola, por exemplo, produto que, no mercado representado pelos países do Oriente Médio, vem sendo objeto de acirrada competição, alimentada por subsídios, entre o Brasil, os Estados Unidos e a França. Como reagirão esses dois últimos países se as exportações brasileiras de carne avícola para o Oriente Médio crescerem de forma expressiva após a maxidesvalorização do cruzeiro?

Por outro lado, a retirada do Imposto de Exportação terá que ser feita de forma equilibrada, atingindo, com a mesma intensidade, matérias-primas e produtos agrícolas processados. Caso contrário, países que produzem a partir de matérias-primas agrícolas importadas do Brasil podem ver-se tentados a aplicar taxas de importação compensatórias sobre os produtos agrícolas industrializados provenientes do Brasil.

Verifica-se, portanto, que a maxidesvalorização do cruzeiro, embora necessária para preservar a capacidade de concorrência do agricultor brasileiro, é fonte, ao mesmo tempo, de novos problemas. Vale a pena, por isso mesmo, examinar, em maior detalhe, quais são as vantagens que se pode esperar da desvalorização do cruzeiro, em termos de incentivo à exportação de alguns produtos agrícolas.

O mercado internacional de ***commodities*** agrícolas, de maneira geral, tem sido afetado, nos últimos dois anos, por três fatores negativos: expansão imoderada da oferta, retração da demanda e taxas de juros elevadas. Em decorrência desses fatores, aguçou-se a disputa entre países produtores. Preo-

cupados em preservar a sua receita em divisas ou em manter o nível de renda de seus agricultores, alguns desses países não hesitaram em recorrer a práticas protecionistas ou em ampliar os subsídios concedidos à exportação de seus produtos agrícolas, provocando, muitas vezes, uma concorrência predatória em termos de preços. Nesse contexto, não há como negar que a maxidesvalorização do cruzeiro, nos casos em que ela não foi anulada pela criação do Imposto de Exportação, aumenta as possibilidades de competição do Brasil no comércio internacional de produtos agrícolas. Dentre seus efeitos benéficos, vale destacar os seguintes:

1) permite contornar, pelo menos em parte, as práticas protecionistas de países importadores;

2) reduz os efeitos nocivos da concorrência predatória para o produtor nacional;

3) possibilita a ampliação da pauta de exportação de produtos agrícolas e

4) diminui a necessidade de subsídios nas exportações de produtos gravosos.

Não há dúvida, portanto, de que a desvalorização do cruzeiro cria condições favoráveis para uma expansão das exportações brasileiras de produtos agrícolas.

Esse fato, contudo, não deve dar origem a otimismos exagerados. A situação atual da economia internacional e alguns aspectos específicos de determinados mercados agrícolas recomendam prudência em matéria de projeções.

É preciso lembrar, inicialmente, que as condições do mercado internacional são, hoje, bem diferentes das que imperavam por ocasião da maxi de 1979. O comércio mundial encontra-se praticamente estagnado e as perspectivas de recuperação econômica, a curto prazo, são bastante limitadas. Por essa razão, qualquer ampliação significativa das exportações brasileiras, em detrimento de outros países produtores, será objeto de retaliações, na forma de uma guerra de preços ou através do oferecimento de condições especiais de crédito para a compra de produtos agrícolas. Desse modo, as melhores possibilidades de aumento das vendas brasileiras situam-se nos novos mercados (aqueles em que o consumo de produtos agrícolas tradicionalmente exportados pelo Brasil é incipiente) ou na colocação de produtos para os quais o Brasil ainda é um pequeno exportador. Em ambos os casos, o crescimento das exportações brasileiras poderia ocorrer sem prejuízo de outros países exportadores. Para que essas possibilidades possam ser exploradas, porém, é necessário que a maxidesvalorização seja acompanhada de uma estratégia bem definida de comércio internacional. Sem a definição e implementação dessa estratégia, as possibilidades abertas pela desvalorização do cruzeiro não serão totalmente aproveitadas.

Para avaliar de forma correta os efeitos da maxidesvalorização sobre as exportações brasileiras seria preciso, em seguida, considerar as características de alguns mercados agrícolas. Para determinados produtos, a existência de acordos internacionais que prevêem o sistema de quotas de exportação limita as possibilidades de crescimento das vendas, como ocorre, por exemplo, com o café e, em menor grau, com o açúcar. É bem verdade que essa limitação não é absoluta, uma vez que existem mercados constituídos por países não signatários desses acordos, em que as transações não estão submetidas a restrições. Mesmo assim, o impacto favorável que se pode esperar, de uma expansão das vendas nesses mercados é modesto, uma vez que eles representam uma parcela relativamente pequena do comércio mundial desses produtos.

Em outros casos, o tamanho do mercado para produtos brasileiros é determinado, em boa parte, por fatores aleatórios, como acontece, por exemplo, com as vendas de suco de laranja para os Estados Unidos, que aumentam ou diminuem em função da ocorrência de geadas na Flórida. Finalmente, há produtos para os quais as limitações no tocante às exportações decorrem da preocupação do governo em garantir uma oferta adequada no mercado interno. Esse é o caso, notadamente, do óleo de soja e, em menor grau, do farelo de soja, produtos para os quais vigora a política do "excedente exportável". Nestas circunstâncias, o volume exportado é determinado, em boa medida, pela dimensão da safra.

É exatamente porque as condições de comercialização externa variam bastante de um produto para outro que se procura, a seguir, analisar, separadamente, as perspectivas de exportação para produtos agrícolas que, em conjunto, representam 37% das exportações totais brasileiras. Essa análise toma, como ponto de partida, o desempenho dessas exportações em 1982 e a situação atual do comércio internacional.

Em caráter de informação subsidiária, é apre-

sentada também uma análise sucinta da repercussão da maxidesvalorização de outubro de 1979 sobre as principais *commodities*, no ano de 1980.

AÇÚCAR

As exportações de açúcar, em 1982, apresentaram um resultado bastante desfavorável, quando comparado com aqueles obtidos nos dois anos anteriores (ver Quadro 1). Observa-se que o país, embora mantendo praticamente inalterada a quantidade exportada — que corresponde à quota fixada pelo Acordo Internacional do Açúcar — recebeu em divisas apenas 53% do total atingido com as vendas do produto em 1981. Verifica-se, ainda, uma acentuada redução do preço médio de exportação, com uma queda de 46% sobre o valor registrado no ano precedente.

O fraco desempenho das exportações brasileiras de açúcar foi determinado pela conjuntura adversa do mercado, no transcorrer do último ano. Conforme pode ser percebido no Quadro 2, as cotações internacionais do açúcar vêm sofrendo sucessivas perdas desde novembro de 1980. Nesta configuração de declínio das cotações, cabe ressaltar que o preço médio de exportação do açúcar brasileiro, em 1982, foi ainda superior em 12% ao preço médio calculado pela Organização Internacional do Açúcar. Este fato pode ser atribuído aos contratos de longo prazo firmados pelo Brasil com a Venezuela e alguns países árabes exportadores de petróleo, que garantem um preço de venda superior ao praticado no mercado.

Dentro de um quadro de excesso de oferta mundial do produto, os preços não encontraram, ao longo do último ano, condições para se recuperarem. Dentre os principais fatores que contribuíram para esta desestabilização, destacam-se as políticas protecionistas referentes ao produto, encaminhadas pela CEE e pelos Estados Unidos.

A CEE obteve nas duas últimas safras níveis inéditos de produção, com 13 milhões de toneladas na safra 1980/81 e 16 milhões de toneladas na safra 1981/82. Para a presente safra, estima-se um volume de 14,6 milhões de toneladas. Em função destes resultados, a Comunidade vem obtendo um excedente anual em torno de 5 milhões de toneladas, o que provoca uma grande pressão de oferta sobre o mercado livre. A incisiva política de subsídios, levada a cabo pela CEE, faz com que os produtores dos países membros da Comunidade não

QUADRO 1

AÇÚCAR — Comparativo da Evolução das Exportações Brasileiras
Janeiro a Dezembro de 1981 e 1982 — US$ 1.000,00 e t

Discriminação	1982 Quantidade t	1982 Valor US$ 1.000 FOB	1982 Preço Médio US$/t	1981 Quantidade t	1981 Valor US$ 1.000 FOB	1981 Preço Médio US$/t
1. Demerara	1.152.577	250.163	217,05	1.563.519	578.928	370,27
2. Cristal	397.665	76.911	193,41	221.689	86.879	391,90
3. Refinado	1.036.541	232.345	224,15	915.635	395.926	432,41
TOTAL	2.710.226 *	559.419	206,41	2.798.734*	1.061.733	377,36

* Quantidade convertida em demerara.
FONTE: Cacex.

se ressintam dos baixos preços vigentes no mercado e, com isto, mantenham o elevado volume de produção.

Os Estados Unidos, por seu turno, restringiram substancialmente suas importações em 1982. De início, o governo norte-americano instituiu a cobrança de tarifas sobre o açúcar importado. Posteriormente foi estabelecido um sistema de quotas de importação, que reduziu suas compras para 3,4 milhões de toneladas, ou seja, um volume inferior em 38% ao registrado no ano anterior. O Brasil foi particularmente atingido por este sistema, exportando, para o mercado norte-americano, um total de apenas 368 mil toneladas enquanto que, em 1981, havia embarcado para os Estados Unidos 969 mil toneladas do produto. O país compensou a redução das vendas de açúcar demerara para os Estados Unidos com uma elevação nas exportações de açúcar refinado para os países do Oriente Médio, ainda que arcando com maiores custos de frete.

As estimativas mais recentes da safra mundial de 1982/83 indicam a manutenção de um quadro de excesso de oferta. Segundo as previsões de F. O. Licht, a produção mundial deverá atingir 98,628 milhões de toneladas (1,6% abaixo da safra 1981/82) e o consumo, 93,453 milhões de toneladas (2,2% acima do obtido no período anterior). Os estoques finais deverão totalizar 37,003 milhões de toneladas, o que resultará em uma relação estoques/consumo de 39,6%, a mais elevada de todos os tempos.

Conforme já foi assinalado, espera-se uma pequena redução na atual safra da CEE. A colheita soviética, por sua vez, novamente enfrenta graves problemas climáticos, o que deverá obrigar a URSS a realizar vultosas aquisições no mercado, para satisfazer sua demanda anual de 12,5 milhões de toneladas. Também o México anuncia a intenção de importar 1 milhão de toneladas para fazer frente à atual escassez interna do produto. Em contrapartida, aguarda-se uma excepcional performance das safras de Cuba, Brasil e Índia, com produções estimadas de 7,8 milhões de toneladas, 9,35 milhões de toneladas e 8,1 milhões de toneladas, respectivamente.

A hipótese de que um novo Acordo Internacional do Açúcar, contando com a presença da CEE, seja firmado não é completamente descartada. Caso esta hipótese se confirme, o mercado poderá ser reforçado com novos mecanismos disciplinadores. Entretanto, os possíveis efeitos de um novo convênio somente seriam sentidos no próximo ano,

QUADRO 2

AÇÚCAR (DEMERARA): Contrato nº 11 – Médias Mensais das Cotações do 1º Futuro na Bolsa de Nova Iorque

Mês	1980	1981	1982
Janeiro	17,98	29,44	13,35
Fevereiro	23,42	25,40	13,36
Março	21,15	22,14	11,47
Abril	22,43	17,86	9,82
Maio	32,45	15,44	8,31
Junho	32,63	16,46	7,06
Julho	29,23	16,45	8,13
Agosto	32,72	14,76	7,08
Setembro	35,81	11,63	6,22
Outubro	42,18	11,82	6,36
Novembro	38,91	11,98	7,04
Dezembro	29,63	12,98	6,50

FONTE: Unicom.

QUADRO 3

AÇÚCAR – Comparação entre Preços no Mercado Externo e Interno – Janeiro e Fevereiro de 1983 (Cr$/sc. 50 kg)

Mês	Mercado Externo Contrato nº 11 – Nova Iorque	Mercado Interno – Demerara	
		Sudeste	Nordeste
Janeiro-83	1.714,84	2.730,32	3.914,38
Fevereiro-83	2.208,44	2.730,32	3.914,38

FONTE: Unicom, IAA.

quando o Acordo entraria em vigor.

Diante das perspectivas apontadas para o mercado, as cotações do açúcar, nos próximos meses deverão permanecer em uma faixa entre US¢ 6 e US¢ 9/libra-peso. Somente no final do primeiro semestre, com a divulgação das estimativas inicias acerca da safra 1983/84, os preços poderão esboçar alguma reação. Portanto, o total arrecadado com as exportações de açúcar não deverá exceder significativamente o modesto resultado alcançado no ano passado, considerando-se que o país repita o volume de vendas realizado em 1982.

A maxidesvalorização do cruzeiro não deverá contribuir para aumentar a competitividade das exportações brasileiras de açúcar. Ela permitirá, contudo, uma diminuição da gravosidade nas vendas do produto, sobretudo porque, ao contrário da maior parte dos demais produtos primários, o açúcar não foi incluído entre aqueles que sofrerão a taxação do Imposto de Exportação.

Comparando-se o preço de aquisição do açúcar demerara no mercado interno com a média mensal da cotação do produto (Contrato nº 11) na Bolsa de Nova Iorque (ver Quadro 3), observa-se que, em janeiro último, os preços internos do açúcar nas Regiões Sudeste e Nordeste, ultrapassaram em 59% e 128%, respectivamente, o preço externo.

A valorização do dólar em relação à moeda brasileira em 30% e a pequena recuperação das cotações do açúcar possibilitaram uma redução da diferença entre preços internos e externos em fevereiro. Entretanto, esta diferença deverá novamente se acentuar com o reajuste dos preços de aquisição do açúcar, a ser anunciado em março.

CACAU

A receita cambial do Brasil, relativa às exportações de cacau e derivados, declinou, novamente, em 1982. Foram arrecadados US$ 427 milhões, quantia que é inferior à metade da receita auferida em 1979. Em comparação com os resultados de 1981, o faturamento diminuiu 28%, enquanto a quantidade exportada, calculada em termos de amêndoas, foi 8% menor do que a do ano anterior.

Esse desempenho modesto decorreu, é claro, do aprofundamento da tendência baixista, vigente desde 1977, que, até outubro do ano passado, fez-se presente de forma inapelável. No âmbito da Organização Internacional do Cacau (ICCO), muito se debateu a respeito de medidas capazes de deter a queda persistente das cotações. A proposta de utilização de um empréstimo de US$ 75 milhões, apresentada por um consórcio de bancos brasileiros, foi tema central de diversos encontros das nações filiadas. Os países produtores sugeriram que estes recursos servissem à reativação das operações de compra do estoque regulador da ICCO, inoperante já há vários meses. Com eles, o gerente do estoque poderia comprar cerca de 150 mil t, utilizando-se de um esquema de pagamento parcelado do cacau.

A proposta, por certo, sustaria a tendência baixista, ao menos temporariamente. No entanto, esbarrou na oposição sistemática de alguns países consumidores. O empréstimo, aprovado em maio último, até hoje não foi utilizado. Na medida em que se consolidava a perspectiva de que o estoque regulador não teria condições de reiniciar suas operações a médio prazo, a queda dos preços agravava-se cada vez mais.

Este quadro sombrio modificou-se, vagarosamente, a partir de outubro passado. Desde então, começou a generalizar-se, no mercado, a expectativa de que a produção mundial de 1982/83 poderia sofrer prejuízos. Os danos, previstos inicialmente como leves, decorreriam das condições climáticas adversas verificadas no Brasil e em alguns países da África.

Na verdade, vários analistas apontaram, anteriormente, a possibilidade de se registrar, em 1982/83, um decréscimo dos níveis médios de produtividade. Isto porque, nos últimos anos, a remuneração declinante dos agricultores de todo o mundo, levou-os a efetuar cortes progressivos nas despesas de custeio das lavouras, reduzindo, principalmente, o uso de fertilizantes e de defensivos. Os efeitos desta prática, segundo aqueles observadores, seriam sentidos, mais fortemente, nesta estação.

A esperada quebra de produtividade, no entanto, magnificou-se em razão das condições climáticas. A Bahia, por exemplo, sofreu um período de seca, entre outubro e dezembro, como há muitos anos não se verificava. Em Gana, na Costa do Marfim e na Nigéria, problemas diversos ocorreram: seca prolongada, mudanças bruscas de temperatura, ventos quentes vindos do deserto, incêndios etc. Estes fatos, no entanto, não se refletiram, imediatamente, em cotações internacionais em elevação. Os breves períodos de alta, eram, logo, sucedidos por novas baixas, devido à forte pressão vendedora dos países produtores e dos especuladores de bolsa, em geral.

Nas últimas semanas do ano passado, quando, finalmente, o processo altista começou a firmar-se, todos já acreditavam que o ano-agrícola 1982/83 apresentaria um déficit entre produção e consumo. A corretora londrina ***Gill and Duffus***, que muito insistiu na previsão de um pequeno superávit de produção, reconhece, no boletim de janeiro, que o resultado final da estação será negativo. Segundo as condições presentes, avalia que, em 1982/83, o consumo superará a produção em 78 mil t. O USDA, em comunicado recente, afirma que a colheita mundial de 1982/83 será, segundo seus cálculos, de apenas 1,55 milhão de t — menos 151 mil t do que a estimativa anterior e 10% menor do que a produção de 1981/82.

A quebra de produção não resultará, é claro, em escassez física de cacau. Afinal, há cinco anos os países produtores acumulam excedentes significativos. Há discordâncias importantes entre as diversas fontes. De qualquer forma, o estoque mundial é elevado, situando-se entre 400 e 600 mil t, volume que supriria entre 25% e 40% do consumo de um

QUADRO 1

BRASIL: Exportações de Cacau e Derivados — 1981 e 1982 — em Toneladas e US$ 1.000,00

	1981			1982		
	toneladas	US$ 1.000,00	preço médio	toneladas	US$ 1.000,00	preço médio
Amêndoas	125.228	241.582	1.929,14	143.462	215.978	1.505,47
Manteiga	29.032	144.900	4.991,04	30.454	120.383	3.952,95
Liquor	72.505	194.923	2.688,41	36.544	79.646	2.179,45
Em Massas	23.633	12.958	548,30	25.844	10.886	421,22
TOTAL		594.363			426.893	

FONTE: Cacex.

ano.

É provável, portanto, que as cotações internacionais registrem aumentos apenas moderados, durante 1983. Preços recordes, por certo, não ocorrerão. No entanto, 1983 marcará a interrupção de um período adverso, durante o qual os países produtores assistiram, impotentes, à queda continuada de suas receitas de exportação.

Quanto ao Brasil, os resultados do comércio externo do cacau, em 1983, certamente serão melhores do que os do ano passado. A quantidade disponível para exportação poderá sofrer alguma redução, devido à quebra da safra temporã. Fontes privadas avaliam, atualmente, os danos do temporão entre 10% e 30%. Por outro lado, a variação esperada dos preços médios deverá ser capaz de compensar aqueles prejuízos, pois refletirão danos muito maiores, ocorridos nos diversos países produtores.

É preciso lembrar, por último, que os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro poderão favorecer ou dificultar a obtenção de resultados melhores em 1983. Até agora, algum prejuízo já pode ser creditado à "máxi". Nas duas últimas semanas de fevereiro, o comércio de cacau esteve, praticamente paralisado, porque as autoridades ainda não haviam regulamentado a aplicação do Imposto de Exportação de amêndoas e derivados. Mais perigosos, contudo, são os efeitos que ainda poderão surgir. Em 1980, é bom lembrar, a expectativa de retirada do Imposto de Exportação, decretado em seguida à "máxi" de dezembro de 1979, paralisou, completamente, a comercialização externa de diversos produtos agrícolas. Na ocasião, os preços internacionais declinaram, justamente, porque o exportador brasileiro iria ter um aumento de receita, quando o imposto fosse retirado. Enquanto isto, as exportações tornaram-se gravosas e deixaram de ser realizadas. Cabe registrar que a primeira redução do Imposto de Exportação (de 20% para 15%) decretada nos primeiros dias de março, significou um aumento de 10,5% na receita em cruzeiros do exportador. Este fato, contudo, não deverá trazer um impacto ponderável sobre a quantidade exportada, pois a disponibilidade interna de cacau foi prejudicada pelas condições climáticas do final de 1982.

Este pequeno aumento de receita, embora pouco significativo, já preocupa algumas fontes privadas. Temem estes observadores, que os preços externos dos derivados sofram redução proporcional. Este risco, na verdade, existe, pois os derivados, ao

QUADRO 2

CACAU (TIPO BAHIA): Médias Mensais das Cotações do 1º Futuro na Bolsa de Nova Iorque — US$/t

Mês	1980	1981	1982
Janeiro	3.067,26	1.983,50	2.097,82
Fevereiro	3.179,69	1.891,74	1.939,64
Março	3.029,12	1.998,41	1.828,82
Abril	2.847,90	1.957,96	1.652,50
Maio	2.458,80	1.790,30	1.583,70
Junho	2.395,07	1.450,00	1.408,86
Julho	2.285,07	1.837,09	1.429,95
Agosto	2.117,08	2.012,80	1.388,14
Setembro	2.227,30	2.126,12	1.561,48
Outubro	2.157,78	2.027,95	1.488,90
Novembro	2.076,39	1.892,62	1.355,40
Dezembro	1.990,45	2.007,14	1.526,19

FONTE: Unicom.

contrário da amêndoa, não são cotados em bolsas de mercadorias, o que aumenta a possibilidade de manipulação de preços.

É preciso assinalar, por último, que a eliminação gradual do Imposto de Exportação é sempre um processo delicado. Se os preços externos do cacau permanecerem em alta, como previsto atualmente, o impacto da retirada do imposto poderá ser leve. Se, ao contrário, os preços estacionarem, como na última semana de fevereiro, em razão do comportamento das cotações de metais, o imposto, recém-criado, poderá trazer fortes dores de cabeça às autoridades.

CAFÉ

A receita cambial gerada pelas exportações de café aumentou, em 1982, em mais de US$ 300 milhões, em comparação com o faturamento do ano anterior. Foram arrecadados US$ 2,1 bilhões, correspondentes à venda de 17,093 milhões de sacas de 60 kg, ou seja, um volume 8,4% maior do que o total embarcado em 1981.

Esta performance, sem dúvida muito boa, pode ser creditada, fundamentalmente, a dois fatores: à continuidade do Acordo Internacional do Café (AIC) e à política comercial do IBC, baseada nos chamados "contratos de suprimento".

Estes contratos, na verdade, constituem o principal mecanismo de viabilização do esforço de reconquista de antigos mercados do Brasil, que foram perdidos em conseqüência da geada de 1975. São firmados, anualmente, entre o IBC e torrefadores de todo o mundo e asseguram, ao importador, um fluxo contínuo de café brasileiro a preços competitivos. O preço efetivo do Brasil é determinado pelas cotações dos cafés africanos e centro-americanos e não sofre, como no passado, manipulação direta do IBC. A principal conseqüência favorável deste sistema foi o aumento da quantidade exportada pelo Brasil, que saltou de um patamar pouco acima de 12 milhões de sacas, em 1978 e 1979, para 17 milhões, em 1982.

Outro fator que teve importância fundamental para que os resultados de 1982 fossem obtidos, foi a

QUADRO 1

CAFÉ – Médias Mensais das Cotações do 1º Futuro na Bolsa de Nova Iorque – US$/lb-peso

Mês	1980	1981	1982
Janeiro	172,20	127,78	140,22
Fevereiro	167,24	120,58	153,54
Março	184,51	123,92	145,26
Abril	182,81	125,95	135,89
Maio	197,71	121,32	126,76
Junho	193,25	102,13	138,04
Julho	163,14	104,13	124,54
Agosto	139,16	114,00	131,44
Setembro	120,21	114,62	134,28
Outubro	128,59	134,77	140,95
Novembro	118,69	144,49	137,65
Dezembro	122,16	137,47	131,92

FONTE: Unicom.

continuidade do AIC. O pacto internacional vem, atualmente, defrontando-se com dificuldades crescentes, oriundas da expansão do comércio ilegal do café. Contudo, a vigência do AIC, em 1982, possibilitou a prática de preços externos relativamente estáveis, a despeito da situação econômico-financeira internacional adversa e da existência de estoques elevados de café nos países produtores. Segundo o USDA, em outubro próximo, o estoque internacional atingirá 41,3 milhões de sacas. Esta quantidade, teoricamente, poderia suprir 74% do comércio externo anual das nações filiadas à OIC. A disponibilidade mundial será, na verdade, ainda maior, pois a estimativa do USDA não inclui o excedente da safra brasileira de 1983/84, cuja colheita ocorrerá em meados do ano, e que, espera-se, situar-se-á em torno de 30 milhões de sacas.

O IBC divulgou, no início do ano, as metas relativas ao comércio externo brasileiro de café para 1983. Segundo a autarquia, o país deverá exportar cerca de 17,5 milhões de sacas, as quais produzirão uma receita cambial de US$ 2,0 a US$ 2,2 bilhões.

A meta quantitativa é exeqüível, sem dúvida. A farta colheita de 1983 fornecerá, em abundância, as sacas requeridas pelos compromissos da segunda metade do ano e dos seis meses seguintes. Haverá, porém, algum aperto de oferta durante o primeiro semestre de 1983. Este fato não constitui motivo de apreensão, pois será contornado, facilmente, pela venda, em leilão, de parte do estoque em poder do IBC.

Registre-se, no entanto, que o governo precisará desfazer-se de uma quantidade muito maior do que as 2,5 milhões de sacas hoje reservadas, oficialmente, para este fim. Segundo as próprias autoridades, o estoque privado era, no início de janeiro, de 7 a 8 milhões de sacas. Durante o primeiro semestre, o consumo interno absorverá 3 a 3,5 milhões de sacas e a exportação, pouco mais de 8,5 milhões. Estes números indicam que o IBC precisará vender não apenas as 2,5 milhões de sacas hoje anunciadas e, sim, uma quantidade entre 4 e 5 milhões de sacas, pelo menos.

O comportamento esperado da demanda externa, por certo, não constituirá problema à consecução da meta estabelecida. A quota do Brasil junto à OIC, para 1982/83, foi majorada em 500 mil sacas. Este acréscimo equivale, justamente, ao aumento de vendas que foi planejado para 1983. Segundo declaração do presidente do IBC, serão exportadas, este ano, 1,6 milhão de sacas para os países não-membros da OIC. As vendas de café solúvel, para todos os destinos, deverão atingir 2,2 milhões de sacas e, já no início de janeiro, a colocação de 80% das 13,7 milhões de sacas restantes estava assegurada por contratos de fornecimento assinados até então.

A análise da viabilidade da meta relativa à receita cambial é mais difícil. O comportamento das cotações internacionais dependerá, fundamentalmente, do encaminhamento do problema do comércio ilegal de café, cuja magnitude começa a ameaçar a vigência efetiva do AIC.

O mercado de não-membros absorvia, até 1980,

QUADRO 2

BRASIL — Exportações de Café — 1981 e 1982 — Toneladas e US$ 1.000

	1981			1982		
	Toneladas	US$ 1.000,00	Preço Médio	Toneladas	US$ 1.000,00	Preço Médio
Verde	825.443	1.516.646	1.837,37	887.378	1.854.353	2.089,70
Solúvel	48.115	243.964	5.070,44	51.042	275.841	5.404,20
Total		1.760.610			2.130.194	

FONTE: Cacex.

cerca de 5 a 6 milhões de sacas por ano. Em 1980/81 cresceu, abruptamente, para 7,16 milhões e, em 1981/82, para 8,16 milhões. A expansão do consumo de café nestes países, é claro, não evoluiu a taxas compatíveis. O aumento das importações dos países não-membros reflete, na verdade, a expansão do comércio ilegal de café, isto é, cafés oriundos dos países filiados à OIC que são embarcados para o mercado de não-membros e que, posteriormente, são desviados para nações filiadas ao AIC. Esta contravenção ocorre porque a contrapartida do sistema de quotas da OIC é, justamente, o acúmulo de estoques pesados nos países produtores, cujas economias frágeis são incapazes de sustentar o custo financeiro da manutenção de milhões de sacas em estoque. Em conseqüência, estas nações são obrigadas a aceitar, por diversas vezes, preços equivalentes à metade da cotação vigente no mercado oficial e a praticar atos ilegais, cuja conseqüência última contraria seus próprios interesses.

A questão do comércio ilegal de café, certamente, terá influência crescente sobre as cotações do mercado oficial, em 1983. Portanto, os rumos do mercado serão definidos, em alguma medida, pelo encaminhamento que a OIC reservar a esta questão.

Quanto à maxidesvalorização do cruzeiro, seus efeitos, em termos de incentivo às exportações, foram praticamente anulados pela elevação do confisco cambial de US$ 62,50 para US$ 86,00. Ainda que esse confisco venha a ser reduzido, ou permaneça congelado, como ocorreu entre julho de 1981 e dezembro último, é duvidoso que possa produzir algum impacto ponderável sobre o volume exportado. De um lado, porque o mercado dos países membros da OIC é rigidamente controlado pelo sistema de quotas de exportação por países e, de outro, porque uma diminuição da ordem de 30% no confisco cambial não seria suficiente para tornar competitivo o café brasileiro no mercado de não membros, onde os descontos de preços são substanciais, alcançando, por vezes, o montante de 50%. Além disso, é preciso considerar que a OIC, preocupada com a rápida expansão das vendas ilegais do café cogita de controlar, daqui por diante, de forma bem mais severa, as transações do mercado de não membros.

Verifica-se, portanto, que no tocante às exportações de café, os efeitos da desvalorização do cruzeiro serão pouco expressivos.

CARNE AVÍCOLA

Em 1982, as exportações brasileiras de frangos congelados atingiram 302.802 t, ou seja, cerca de 3% a mais do que as vendas efetuadas em 1981. O preço médio obtido por tonelada foi de US$. . . 947,00 FOB, o que representa uma queda da ordem de 21% em relação ao preço médio de 1981.

Como se pode depreender destes números, o mercado internacional de frangos congelados esteve muito competitivo durante 1982, com a França lutando para preservar sua fatia de mercado e os EUA manifestando-se insistentemente contra a Resolução 674, visto que seus efeitos, para eles, são semelhantes aos de um subsídio à exportação. Tudo parece indicar que os norte-americanos lançarão mão, também, de subsídios para incrementar suas vendas externas de frangos congelados, em 1983. Afinal de contas, as primeiras estatísticas indicam que, no ano passado, as vendas do produto norte-americano ao exterior tiveram um declínio de 30%, em comparação com as exportações de 1981.

Por sua vez, a CEE aumentou, no início de novembro próximo passado, os subsídios às exportações de carne de aves em até 10,5%, em comparação com os valores estipulados em agosto, sendo que, no caso do frango inteiro, o subsídio passou a ser de 20,50 ECU/100 kg*. Ficou claro, na reunião do GATT realizada no ano passado, que a CEE não parece disposta a reverter sua linha de conduta, o que faz crer que 1983 será mais um ano de disputa acirrada no comércio internacional de carne avícola.

Apesar desse quadro de disputa interna dos mercados importadores, a ABEF* estima que as vendas externas de frangos congelados, em 1983, superarão em 5% o volume registrado no ano passado, graças, em parte, aos efeitos da recente maxidesvalorização do cruzeiro, já que a carne de aves não foi submetida ao Imposto de Exportação. Quanto ao preço médio por tonelada, espera-se, com certa dose de otimismo, que repita o valor alcançado em 1982.

* Em 25/11/82, 1 ECU = US$ 0,922.

* ABEF (Associação Brasileira de Exportadores de Frangos).

QUADRO 1

BRASIL — Exportações Anuais de Frangos Congelados — 1975 a 1983

Ano	Volume (t)	Receita (US$ 1.000 FOB)	Valor Unitário (US$ FOB/t)
1975	3.469	3.300	951
1976	19.636	19.600	998
1977	32.829	31.600	963
1978	50.805	46.900	923
1979	81.096	81.100	1.000
1980	168.713	206.600	1.225
1981	293.933	354.300	1.205
1982	302.802	286.900	947
1983*	318.000	—	—

FONTE: ABEF (Associação Brasileira de Exportadores de Frangos).
* Previsão.

CARNE BOVINA

Depois de um longo período, a carne bovina passou a ser um produto importante na pauta das exportações. A reentrada do Brasil no mercado internacional deu-se em 1980, em momento não muito oportuno, uma vez que o período recessivo atravessado pela economia mundial apresentou maiores dificuldades a partir de 1979, em função da nova alta dos preços do petróleo e do aumento das taxas de juros nas operações financeiras internacionais. Aliás, destaque-se que o Brasil, nesse mesmo ano, foi praticamente um importador líquido de carne bovina, em virtude da pequena oferta interna (conseqüência do abate indiscriminado de fêmeas ocorrido nos anos de 1976 e 1977) tendo, por essa razão, o preço interno da arroba do boi gordo atingido o patamar inédito de Cr$ ..... 11.341,50(*), em setembro de 1979. Essa, foi, obviamente, a razão da inexpressividade da presença brasileira no mercado mundial da carne bovina, num período em que as cotações eram extremamente favoráveis, pois a oferta dos principais países produtores estava em queda, com os rebanhos em processo de redução.

Uma análise da evolução das exportações brasileiras do setor, a partir de 1979 (ano em que houve a primeira maxidesvalorização do cruzeiro no atual governo) até o presente momento, deve destacar o comportamento distinto dos dois principais blocos de produtos exportados, que são, de modo simplificado, a carne ***in natura*** e a carne industrializada. De saída, a mudança mais nítida ocorreu nas vendas da carne ***in natura***, que saltaram de 2.659 t, em 1979, para 94.441 t, em 1982, representando um incremento de 3.451,17%. Em termos de valor, esse desempenho da carne ***in natura*** representou um aumento de participação no montante de divisas auferidas, de 6%, em 1979, para 43%, em 1982. Quanto ao comportamento das exportações da carne industrializada, revela evidenciar que a participação brasileira no mercado mundial é mais tradicional e estável, a ponto de se recorrer a importação de matéria-prima (no regime de ***draw back***) de países vizinhos, sempre que a oferta interna é escassa, para cumprimento dos contratos. Mesmo assim, pode-se dizer

(*) Em cruzeiros de fevereiro de 1983, corrigidos pelo IGP - col. 2 — FGV.

que a carne bovina industrializada acusou um forte avanço no período, passando de 45.778 t, em 1979, para 102.713 t, em 1982, representando um aumento de 124,4%. Na realidade, praticamente todo o incremento das vendas do produto industrializado deu-se no período 1979/81, uma vez que, em 1982, o aumento das exportações foi de apenas 4,7%.

A influência da maxidesvalorização de novembro de 1979 nas vendas externas da carne bovina é, de um certo modo, difícil de ser detectada. Isto porque o aumento de vendas verificado em 1980 pode ser considerado normal, tendo em vista não só o pequeno volume de carne *in natura* exportado no ano anterior mas, também, o fato de que as 72.266 t de carne industrializada exportadas não representaram um avanço real, mas, sim, uma retomada de mercado (as exportações, em 1977, atingiram 68.176 t). Além disso, acrescente-se que, no caso da carne bovina, não se configurava uma tendência de deterioração dos preços internacionais, no período 1979/80, que demandasse um estímulo exógeno para o incremento das vendas. Aliás, em 1980, ocorreu justamente o contrário, pois os preços médios, tanto da carne *in natura* como da carne industrializada, foram superiores aos do ano anterior (ver Quadro 1). Obviamente, não se pode negar que, no desempenho de 1980, houve influência da "máxi" anterior. Resta saber, no entanto, se, no exemplo particular da carne bovina, em 1980, essa influência foi positiva para o país, em termos de ingresso de divisas. Isto porque, se a medida permite, por um lado, o aumento da margem de manobra do exportador, por outro, faculta ao importador pressionar uma baixa da cotação, mormente quando o produto se encontra em fase de alta. No exemplo da carne bovina, fica a dúvida no ar, se o preço médio final das exportações, em 1980, não teria sido maior, caso não houvesse existido a "máxi" anterior. No entanto, em função do caráter geral desse tipo de medida cambial, que visa influenciar o comércio internacional do país como um todo, o que ocorre particularmente com cada produto só tem significação maior se acarreta transtornos no abastecimento interno.

Na atualidade, a nova "máxi" parece encontrar o mercado mundial da carne bovina em situação idêntica, uma vez que há perspectivas de alta, em função dos seguintes pontos: 1) menor produção de importantes países exportadores, como a Austrália e a Argentina; 2) baixo nível dos estoques re-

QUADRO 1

BRASIL – Exportação de Carne Bovina ("In Natura" e Industrializada) – 1979-82

Ano	1979			1980		
Discriminação	Valor (US$ 1.000)	Quantidade (t)	Preço médio FOB (US$/t)	Valor (US$ 1.000)	Quantidade (t)	Preço médio FOB (US$/t)
Carne *in natura*	8.041	2.659	3.024,07	18.399	5.726	3.213,24
Carne industrializada	126.860	45.778	2.771,20	232.564	72.266	3.218,17
TOTAL	134.901	–	–	250.963	–	–

Ano	1981			1982		
Discriminação	Valor (US$ 1.000)	Quantidade (t)	Preço médio FOB (US$/t)	Valor IUS$ 1.000)	Quantidade (t)	Preço médio FOB (US$/t)
Carne *in natura*	123.568	46.399	2.663,20	188.288	94.441	1.993,70
Carne industrializada	293.725	98.108	2.993,90	250.493	102.713	2.438,80
TOTAL	417.293	–	–	438.781	–	–

FONTE: Cacex.

guladores da CEE e 3) retomada do crescimento econômico dos EUA, acenando com uma reativação generalizada dos negócios internacionais. Neste sentido, muito embora ocorram paralelamente fatores negativos (notadamente nos mercados potenciais como o Oriente Médio, com a baixa do preço do petróleo e o alto endividamento dos países daquela região), há uma euforia generalizada no setor exportador de carne bovina, onde se comenta, até, a possibilidade de se exportar um bilhão de dólares em 1983, isto é, 2,28 vezes o valor exportado em 1982. Não resta sombra de dúvida de que o alcance dessa meta seria uma colaboração extremamente benvinda para o equilíbrio do balanço de pagamentos. No entanto, hão que ser ponderados pelas autoridades governamentais os transtornos que causará, no mercado interno, a exportação de 735.218 t de carne (em equivalente carcaça), isto é, 30,6%(*) da produção nacional esperada, quantidade necessária para atingir aquele montante de divisas.

Se essa marca for realmente alcançada, de saída, poder-se-á prever que um "enxugamento" do mercado desse nível provocará uma alta indesejada dos preços internos, capaz de afetar o índice inflacionário. Num certo sentido e ficando circunscrita a um determinado limite, essa alta poderá até ser positiva, uma vez que injetará uma dose maior de ânimo ao setor produtivo, que atravessa uma fase depressiva de preços, caracterizada por abate excessivo de matrizes, pondo em xeque a oferta de carne nos anos subseqüentes.

Mas o principal motivo de preocupação deve ser a redução de uma hora para a outra, do nível de oferta de proteínas de origem animal à população, fato que ocorrerá, se o volume de exportação de carne bovina atingir tal patamar. Neste caso, considerando-se o maior nível das cotações da carne bovina (razão porque as oportunidades de mercado devem ser aproveitadas integralmente), os seus níveis de exportação devem estar condicionados ao aumento da oferta interna de carnes substitutas. Para isso, a retomada do ritmo anterior de crescimento da produção avícola torna-se necessária. Para que os preços desse tipo de carne, que acompanham normalmente a carne bovina, não se tornem proibitivos à população em geral, medidas de redução de custos, como a venda de milho a preços subsidiados aos avicultores, deverão ser implementadas, para que não sejam necessárias providências restritivas do tipo contingenciamento.

No que se refere ao volume final de divisas, a influência da "máxi" está condicionada ao uso eficiente dessa vantagem por parte dos exportadores. Considerando-se a atual tendência de alta do mercado internacional, a tática correta deverá ser aquela em que a concessão de descontos seja o último "argumento" a ser cogitado para o fechamento dos negócios. A maximização da entrada de divisas deve basear-se antes, num preço médio unitário elevado da mercadoria e não no aumento puro e simples da quantidade exportada.

(*) Cálculo feito com base na manutenção do preço médio de US$ 1.360,70 t de carne em equivalente-carcaça e na repetição da mesma produção de 1982 (2,4 milhões de t) e da participação dos dois tipos de carne, *in natura* e industrializada.

SOJA

O ano de 1982 foi bastante difícil para a economia brasileira e a sojicultura e atividades associadas não ficaram imunes aos efeitos da crise.

Mesmo no que diz respeito à produção, houve uma redução da safra brasileira, que se situou em apenas 12,8 milhões de t, contra estimativas iniciais de 14,5 a 15 milhões de t. A maior quebra ocorreu no Rio Grande do Sul onde, das 5,76 milhões de t previstas inicialmente, colheram-se apenas 4,2 milhões.

Quanto à moagem, registre-se que o esmagamento interno de soja, principalmente no Rio Grande do Sul, ficou prejudicado pela redução das disponibilidades de matéria-prima. A importação de grãos para a reexportação de farelo e óleo cresceu novamente, atingindo, no período entre janeiro e dezembro de 1982, 1,25 milhão de t, segundo dados da Cacex.

Por outro lado, as exportações de grãos se reduziram substancialmente, de 1,45 milhão de t, em 1981, para 501 mil t em 1982.

Apesar da redução das exportações e do aumento das importações (em regime de *draw back*)

QUADRO 1

SOJA (ONE YELLOW) – Médias Mensais das Cotações do Primeiro Futuro na Bolsa de Chicago 1980 a 1982 – US¢/bu

	1980	1981	1982
Janeiro	648,30	771,43	635,52
Fevereiro	656,25	750,18	629,43
Março	620,40	742,65	618,15
Abril	592,10	784,47	650,20
Maio	625,60	770,82	663,54
Junho	633,08	720,89	628,68
Julho	746,76	733,95	618,77
Agosto	762,51	691,50	571,26
Setembro	836,70	663,60	548,76
Outubro	857,23	656,49	532,45
Novembro	922,07	654,80	571,95
Dezembro	798,58	628,63	567,15

FONTE: UCN.

QUADRO 2

BRASIL – Receita de Exportação do Complexo Soja – Janeiro a Dezembro de 1981 e 1982

	Volume (1.000 t)		Valor (US$ milhões)		Preço Médio (US$/t)	
	1982	1981	1982	1981	1982	1981
Exportação						
Grão	501	1.450	123	404	246	279
Farelo	7.641	8.884	1.600	2.136	209	240
Óleo	836	1.281	373	651	446	508
Total(1)			2.096	3.191		
Importação						
Grão	1.250	931	306	274	245	294
Óleo	22	–	10	–	455	–
Total(2)			316	273		
Total(1) - Total(2)			1.780	2.918		

FONTE: Cacex.

de grão, a moagem interna deve ter caído para 12,5 milhões de t, em 1982, contra 13,8 milhões de t, em 1981, de acordo com a revista alemã *Oil World*.

Outrossim, o mercado internacional — tanto de grãos quanto de derivados — esteve bastante retraído, fazendo com que as indústrias enfrentassem períodos em que simplesmente não havia margem de esmagamento que permitisse seu funcionamento.

As vicissitudes enfrentadas em 1982 se devem à combinação de diversos problemas das economias doméstica e internacional. As mesmas altas taxas de juros no exterior que, entre outras conseqüências, encareceram o dinheiro internamente, causaram a redução dos preços, em dólares, das diversas *commodities*, como a soja e seus derivados.

Assim, as cotações, em 1982, estiveram em seu mais baixo patamar dos últimos anos, com os preços médios de exportação do grão girando em torno dos US$ 240/t *versus* US$ 280/t, em 1981, e US$ 260/t em 1980 — ano em que tanto o Brasil quanto os EUA obtiveram boas safras.

Desta forma, a receita bruta de exportação do complexo soja, no ano passado, foi de US$ 2,097 bilhões. Há que considerar, entretanto, que a receita líquida (real) é substancialmente inferior, dado que foram dispendidos US$ 316 milhões com a importação de 1,25 milhão de t de grão e 22 mil t de óleo.

No Quadro 2, observa-se que a receita de exportação do complexo soja caiu aproximadamente US$ 1,1 bilhão, como conseqüência de redução, tanto das quantidades exportadas, quanto dos preços médios de venda.

Para 1983, é provável que haja um crescimento das exportações, em termos de volume, pois se espera que a safra 1982/83 seja da ordem de 14,6 milhões de t, segundo dados da CFP. A recuperação dos preços é, entretanto, de difícil previsão.

Em princípio, dois fatores poderão pesar negativamente sobre o mercado: a produção mundial de soja e de oleaginosas em geral cresceu, respectivamente, 12% e 7% em relação ao período anterior, o que faz com que o mercado conte, atualmente com amplas disponibilidades desses produtos. Além disso, a recente maxidesvalorização do cruzeiro e a instituição do Imposto de Exportação para grão, farelo e óleo acabam criando um clima baixista no mercado, na medida em que há a expectativa da retirada do imposto.

A retomada da comercialização da soja brasileira que, mais cedo ou mais tarde, ocorrerá, propiciará ao país um ganho bruto da ordem de US$ 2,4 bilhões com as exportações do complexo soja, ao mesmo tempo em que a receita líquida, descontando-se as importações de soja em regime de *draw back*, seria de US$ 2,1 bilhões, conforme as projeções apresentadas no Quadro 3.

No caso da soja, os possíveis benefícios da maxidesvalorização foram neutralizados, igualmen-

QUADRO 3

BRASIL: Projeção da Receita de Exportação do Complexo Soja para o Ano Comercial 1983/84 *

	Quantidade (1.000 t)	Preço Médio (US$/t)	Valor (US$ milhões)
Grão	800	246	197
Farelo	8.400	209	1.756
Óleo	1.000	446	446
Total			2.399
Importação	1.200	246	295
Receita Líquida			2.104

OBS.: Como estimativa de preços médios foram utilizados os preços médios de exportação de 1982.
* Período fevereiro-janeiro.

te, pela criação do Imposto de Exportação de 20%. É provável, contudo, que esse imposto venha a ser eliminado, tendo em vista a pressão política exercida pelos sojicultores e a virtual paralisação das exportações de soja e derivados que se seguiram à sua criação. Contudo, mesmo a retirada do imposto não bastaria para assegurar uma expansão do volume exportado. Na verdade, as vendas externas de soja e derivados (sobretudo o óleo) são determinadas, em grande parte, pelo volume da produção. Adota-se para esses produtos, tradicionalmente, a política do "excedente exportável" que consiste em garantir um suprimento considerado adequado para o mercado interno. Recentemente, a política, com relação às exportações de soja, tornou-se mais liberal e o governo suprimiu as quotas de exportação. É duvidoso, no entanto, que tendo em vista os efeitos inflacionários da maxidesvalorização do cruzeiro, o governo consinta em eliminar o Imposto de Exportação sem adotar, por outro lado, medidas que garantam o abastecimento satisfatório do mercado interno.

As exportações de soja e derivados, portanto, deverão crescer, em 1983, muito mais em razão de uma expansão da quantidade de grãos produzida, do que em decorrência da maxidesvalorização do cruzeiro.

SUCO CÍTRICO

As exportações brasileiras de suco concentrado de laranja alcançaram a cifra de US$ 552 milhões, em 1982, resultado 16,2% inferior à receita auferida ao longo de 1981. Embora o preço médio do produto tenha evoluído positivamente (+6,7%), a redução do volume exportado — de 639 mil t, em 1981, para 502 mil t, em 1982 — acabou comprometendo seriamente a performance do setor, cujas estimativas iniciais davam conta de uma exportação de US$ 750 milhões.

A evolução das vendas de suco durante o ano passado foi bastante irregular, com um grande volume sendo escoado nos três primeiros meses do ano — período que sucedeu à geada nos pomares da Flórida — e redução do fluxo no período posterior. Somente a partir de setembro, as vendas voltaram a apresentar algum aumento, o que não foi, porém, suficiente para compensar as reduções anteriores. Este aumento das exportações no último quadrimestre do ano pode ser explicado pela redução havida nos estoques dos principais países importadores e pela proximidade da divulgação da primeira estimativa da safra norte-americana de laranja de 1982/83.

A queda nas vendas externas de suco, em 1982, pode ser explicada, por outro lado, pelos elevados estoques existentes nos principais países importadores, no início daquele ano, pela sobrevalorização do cruzeiro frente às principais moedas internacionais, destacando-se aí os países da Europa — maior mercado consumidor do mundo — e de forma menos significativa pela redução ocorrida na demanda final do suco, em virtude da queda no poder aquisitivo do consumidor registrada nos principais países desenvolvidos. Vale lembrar que as exportações de suco para o mercado norte-americano em 1982, pelos dados preliminares, mantiveram-se no mesmo patamar do ano anterior. Por outro lado, as vendas externas do produto, em 1981, apresentaram um crescimento extremamente elevado, 59,4% em volume, em virtude da geada na Flórida e do baixo nível de estoques existentes no mercado internacional. Desta forma, não se pode esperar que a demanda para o suco brasileiro aumente, a cada ano, no mesmo ritmo em que evoluiu no período 1980/81.

A elevada participação do suco brasileiro no mercado norte-americano nos últimos dois anos, conseqüência direta das quebras ocorridas na produção de laranja daquele país, resultou na colocação de uma sobretaxa — reivindicação dos produtores norte-americanos ao *ITC (International Trade Comission)* — de US$ 30/t nas importações provenientes do Brasil, como forma de compensar os subsídios recebidos pelos produtores e industriais brasileiros. Esta sobretaxa entrou em vigor em novembro do ano passado e deverá vigorar até o final de abril, quando, de acordo com as negociações feitas entre o Brasil e os EUA, o Imposto de Exportação do suco — fixado atualmente em 1% do valor FOB — será acrescido de 1,665%, visando à retirada da sobretaxa imposta pelos norte-americanos.

Para 1983, as perspectivas não são tão favoráveis como as que vigoravam no início do ano passado, tendo em vista que a safra norte-americana apresentou significativa recuperação e, muito provavelmente, não haverá nova geada este ano sobre os pomares da Flórida. Reflexo direto desta situação é a queda apresentada nas cotações do suco na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque (ver Quadro 1), onde o produto, em janeiro de 1982, era cotado a US¢ 144,35/lb-peso e, no mesmo mês deste ano, registrava valor médio de apenas US¢ 107,79/lb-peso, com uma queda de 25,3%. Assim, a prevalecerem as atuais condições de mercado, as vendas brasileiras de suco deverão ficar muito próximas das de 1982, considerando-se que os EUA ainda precisarão comprar grande quantidade do produto para abastecer o seu mercado interno — quantidade esta que deverá ser, porém, inferior à adquirida no ano passado. Desse modo, nem mesmo a maxidesvalorização do cruzeiro decretada pelo governo após o carnaval, conseguirá fazer com que a receita de exportação do produto alcance o nível de 1981. A perspectiva de excedentes ao final desta e das próximas safras brasileiras e o Imposto de Exportação incidente sobre o produto, anularam praticamente os efeitos da nova taxa cambial. Vale lembrar que, com um imposto de 20% na exportação do suco, o ganho líquido do exportador reduz-se a cerca de 4%. Além disso, é bem provável que o Imposto de Exportação que vigorava antes da "máxi" e que seria acrescido a partir de 30 de abril, segundo acordo firmado entre os governos do Brasil e dos EUA, para retirada da sobretaxa imposta naquele mercado sobre o suco brasileiro, seja mantido, o que reduz ainda mais o ganho do exportador. A nova taxa de câmbio poderá, talvez, beneficiar as exportações brasileiras para os mercados da Europa, propiciando desse modo um maior volume de vendas para aqueles países. A recuperação das economias daquela região será, no entanto, o fator determinante, na medida em que, mesmo que o dólar venha a valorizar-se no mercado internacional, o produto brasileiro, em conseqüência da maxidesvalorização, ainda continuará competitivo por bastante tempo.

Por outro lado, deve-se, também, ter em conta que os exportadores brasileiros tentam, no momento, penetrar em novos mercados — com destaque para os países do Oriente Médio — visando a elevar a participação do Brasil no mercado mundial de suco e a reduzir os elevados estoques que se esperam para o final da atual safra (31 de maio próximo). Dada, porém, a pequena participação desses mercados nas exportações do produto, mesmo que se consiga elevá-las de forma significativa, ainda assim os estoques ao final da atual temporada deverão ser elevados.

QUADRO 1

SUCO DE LARANJA — Cotações Médias Mensais — 1º Futuro Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque US¢/lb-peso (100º Brix)

Meses	1981	1982
Janeiro	103,40	144,35
Fevereiro	137,80	133,40
Março	135,50	120,21
Abril	143,30	115,15
Maio	140,80	117,19
Junho	134,20	116,30
Julho	127,00	124,74
Agosto	126,30	129,10
Setembro	127,50	127,31
Outubro	121,18	125,17
Novembro	120,90	125,04
Dezembro	123,20	123,65

FONTE: Unicom News.

TÊXTEIS

As exportações brasileiras de têxteis em 1982, segundo dados preliminares, teriam alcançado US$ 700 milhões, aproximadamente, US$ 170 milhões a menos do que a receita auferida no ano anterior*. Dentre esses produtos, os fios de fibras artificiais e sintéticas, os tecidos sintéticos e as peças de vestuário foram os que apresentaram maiores quedas, tendo sido sua receita no período entre janeiro e dezembro, reduzida em 39,6%, 32,6% e 39,2% respectivamente. O melhor resul-

tado foi conseguido com a venda de fios de algodão, cuja receita apresentou 12,9% de queda

As exportações de têxteis que, já em 1981, segundo a meta oficial, deveriam ter rendido ao país perto de US$ 1 bilhão, apresentaram, nos últimos dois anos, receitas bem inferiores às estimadas inicialmente. As principais causas deste desempenho nada favorável, foram:

a) a crise econômica mundial, cujo reflexo é a adoção de medidas restritivas crescentes por parte dos principais países industrializados importadores e a queda na demanda final desses produtos nesses mesmos países;

b) a sobrevalorização do cruzeiro frente às principais moedas da economia internacional, cuja conseqüência imediata é a perda de competitividade dos produtos brasileiros nos principais mercados da Europa e dos EUA. Vale lembrar que estes mercados absorvem, hoje, cerca de 45% das exportações totais de têxteis do Brasil.

c) a crise de balanço de pagamentos que afeta os principais parceiros brasileiros do Terceiro Mundo, com destaque para os países da América Latina e da África.

Outro fator que, desde 1981, vem prejudicando as exportações do setor é o alto preço da matéria-prima pago pela indústria brasileira, quando se comparam as cotações do algodão no mercado interno e externo. A permanência desta situação, continuará afetando as vendas externas, na medida em que se reduz ainda mais a competitividade do produto nacional.

O desempenho do setor este ano, tendo em vista a esperada recuperação da economia mundial e a maxidesvalorização do cruzeiro, decidida pelo governo no mês de fevereiro, aliada à manutenção do crédito prêmio de 11%, poderá ser melhor do que no ano passado. É possível, mesmo, que se ultrapasse o nível de 1981, quando o país conseguiu uma receita de US$ 860 milhões. Será necessário, porém, para que isto aconteça, que os empresários do setor se lancem em busca de mercados não tradicionais, tendo em vista que as quotas definidas no âmbito do Acordo Multifibras com a CEE — principal mercado dos produtos brasileiros — determinam para 1983 as mesmas quantidades do ano passado. Destaque-se que o controle dos europeus sobre a penetração e a participação dos produtos têxteis do Terceiro Mundo nos seus mercados foi severamente aumentado e, a qualquer momento, estes podem alegar dano a suas indústrias e impor medidas restritivas sobre as suas importações. Quanto aos EUA, o acordo que entrou em vigor em 1º de abril do ano passado, e que vigorará até meados de 1986, foi bem mais vantajoso para o Brasil, na medida em que manteve uma taxa de 7% de crescimento anual para as quotas de todas as categorias de produtos, liberando inclusive alguns itens da fixação de quotas. Em contrapartida, haverá severo acompanhamento, também nesse mercado, das importações desse país, possibilitando dessa forma que medidas restritivas sejam tomadas em caso de aumento excessivo da penetração dos produtos brasileiros naquele mercado. Vale lembrar que, com a nova taxa de câmbio, os produtos brasileiros serão mais competitivos nesses mercados, podendo, deste modo, preencher as diversas quotas na sua totalidade, fato que não ocorre já há alguns anos. Outra medida que favorecerá significativamente a venda externa de produtos têxteis, decidida no início deste mês, é o ***draw back*** "verde-amarelo", tendo em vista que a indústria pagará pela matéria-prima, cujo produto final se destine à exportação, o mesmo preço de seus concorrentes do exterior.

Quanto às vendas de algodão em pluma, estas tiveram sua quota de 100 mil t aumentada para 200 mil t, com isenção do ICM até março de 1984. Cabe destacar, porém, que, caso as cotações no mercado externo não apresentem uma recuperação significativa, estas vendas tornam-se extremamente difíceis, dado o grau de gravosidade apresentado pelo produto brasileiro na exportação. A maxidesvalorização do cruzeiro, aliada inicialmente a um Imposto de Exportação de 10% sobre o produto, tornava o algodão brasileiro competitivo, o que não significava, porém, que se conseguisse exportá-lo, dados os elevados excedentes do mercado internacional, associados à inexistência de uma tradição do Brasil nesse mercado. O novo Imposto de Exportação, de 20%, torna novamente o algodão brasileiro gravoso para a exportação.

* Segundo os dados da Cacex, os principais produtos renderam ao país no ano passado, US$ 492,3 milhões, contra US$ 612,7 milhões em 1981 (queda de 19,6%).

AÇÚCAR

AÇÚCAR – Variação Absoluta e Relativa da Receita e do Volume Exportado 1979/80

Tipo	Variação Absoluta		Variação Relativa (%)	
	US$ 1.000	t	Valor	Quantidade
Demerara	377.496	108.658	152,83	8,47
Cristal	294.426	458.139	1.281,67	413,55
Refinado	252.524	176.311	269,12	40,48
TOTAL	924.446	–	254,10	–

O acréscimo de US$ 924 milhões na receita com as exportações de açúcar obtido em 1980 deveu-se, em grande parte, à elevação das cotações do produto naquele ano. Ainda assim, o volume exportado também recebeu considerável acréscimo, em conseqüência da suspensão das quotas de exportação fixadas pelo Acordo Internacional do Açúcar, quando o preço do produto ultrapassou a média de US¢ 15/lb-peso. O Brasil aproveitou a conjuntura favorável do mercado para exportar aproximadamente 2,7 milhões de toneladas, naquela oportunidade. O maior incremento nestas exportações ficou por conta do açúcar cristal, com o qual o país penetrou em novos mercados, sobretudo aqueles dos países exportadores de petróleo.

O aumento do volume exportado, portanto, não decorreu da maxidesvalorização, mas foi resultado de uma escassez do produto no mercado internacional. Escassez que favoreceu, também, a elevação das cotações do açúcar e possibilitou um crescimento expressivo da receita de divisas obtida com as exportações do produto.

CACAU

CACAU: Variações Absoluta e Relativa das Exportações – 1979/80 (US$ 1.000 e t)

Produto	Quantidade		Valor		Preço Médio	
	Δ Absoluta	Δ Percentual	Δ Absoluta	Δ Percentual	Δ Absoluta	Δ Percentual
Amêndoas	-33.352	-21,25	-195.185	-40,09	-742,13	-23,92
Manteiga	5.584	26,38	38.880	32,59	276,78	4,91
Liquor	498	0,74	-51.451	-19,01	-785,28	-19,60
Em massa	3.249	15,21	-33.086	-56,96	1.703,49	-62,64
TOTAL	–	–	240.842	-25,76	–	–

FONTE: Cacex.

A receita cambial do cacau declinou em 1980, em comparação com o ano anterior. Houve uma pequena quebra de safra que reduziu a disponibilidade de cacau para exportação. No entanto, a receita menor decorreu, fundamentalmente, da continuidade da tendência baixista que vem provocando preços médios, cada vez menores, desde 1977. O aumento da quantidade exportada de manteiga de cacau e de liquor reflete o comportamento do *ratio* de preços, favorável à venda de derivados de cacau em detrimento da amêndoa, que ocorreu neste ano.

Em 1983 é provável que a receita cambial, declinante desde 1979, aumente um pouco. Esta expectativa decorreu da previsão de um déficit entre produção e consumo em 1982/83, o primeiro nos últimos seis anos.

CAFÉ

CAFÉ: Variações Absoluta e Relativa das Exportações — 1979/80 (US$ 1.000 e t)

Produto	Quantidade		Valor		Preço Médio	
	Δ Absoluto	Δ Percentual	Δ Absoluto	Δ Percentual	Δ Absoluto	Δ Percentual
Verde	222.269	39,54	568.437	29,64	-241,83	-7,09
Solúvel	-11.818	-22,32	-121.694	-29,79	-741,74	-9,61
TOTAL	—	—	446.743	19,21	—	—

FONTE: Cacex.

O aumento de quase 40% da quantidade exportada de café verde, em 1980, em comparação com o ano anterior, reflete o início efetivo da política comercial do IBC, objetivando reconquistar antigos mercados,que foram perdidos em razão da geada de 1975.

Esta estratégia que, até hoje, vem dando frutos, baseia-se na assinatura de contratos de fornecimento entre o IBC e torrefadores de todo o mundo. Estes contratos asseguram que os importadores receberão um fluxo contínuo de café brasileiro a preços determinados pelo comportamento das cotações dos robustas, da África e de outros suaves.

CARNE AVÍCOLA

BRASIL: Exportações de Carne Avícola — Comparativo das Variações Absoluta e Relativa no Período 1980/79

Produto	Variação Absoluta		Variação Relativa (%)	
	US$ 1.000	t	US$ 1.000	t
Carne avícola	125.542	87.617	154,70	108,04

FONTE: Cacex.

O desempenho do setor exportador de carne avícola em 1980 pode ser considerado excelente, tanto em termos de quantidade exportada como de montante final de divisas. Isto porque, em 1980, o mercado ainda atravessava uma fase de cotações elevadas, caracterizando-se por uma certa incolumidade à fúria repressora de preços que já começava a se configurar no âmbito mundial das *commodities*. Desse modo, considerando a melhoria de preço médio da carne de frango exportada (+22,5%), em 1980, fica difícil determinar o grau de ajuda da maxidesvalorização da moeda nacional, determinada em novembro de 1979. Contudo, como já àquela época se acirrava a luta pelos novos mercados (compostos notadamente de países do Oriente Médio) por parte dos EUA e de países-membros da CEE, a contribuição da "máxi" deve ter sido extremamente positiva no sentido não só de consolidar posições mas, também, de conquistar novos clientes.

CARNE BOVINA

BRASIL — Exportação de Carne Bovina "In Natura" e Industrializada — Comparativo das Variações Absoluta e Relativa no Período 1979/80

Produtos	Variação Absoluta		Variação Relativa (%)	
	US$ 1.000	t	US$	t
Carne *in natura*	10.358	3.067	128,8	115,3
Carne industrializada	105.704	26.488	83,3	57,9
TOTAL	116.062	—	86,0	

FONTE: Cacex.

As exportações brasileiras de carne bovina tanto *in natura* como industrializada não revelaram um grande crescimento em 1980, ano em que houve uma alta das cotações internacionais. Em ambos os casos, a razão básica da pouca expressão do desempenho do setor foi o nível relativamente alto dos preços no país (embora em escala descendente), em função da pequena disponibilidade interna de boi gordo, seqüela ainda da excessiva matança de ventres férteis havida em 1977. No caso particular da carne *in natura*, a variação de 115,3% das exportações não correspondeu a um grande volume de carne exportada, uma vez que a quantidade de carne exportada no ano anterior pode ser considerada insignificante. Quanto à carne industrializada, pode-se afirmar que não houve um avanço real nas vendas externas mas, sim, uma retomada do mercado (as exportações atingiram 68.176 t, em 1977). Desse modo, torna-se difícil detectar o grau de influência da maxidesvalorização da moeda nacional, ocorrida em 1979, principalmente quando se leva em conta que os preços médios finais alcançados, em 1980, foram superiores aos registrados no ano anterior.

SOJA

BRASIL: Exportações do Complexo Soja — Comparativo das Variações Absoluta e Relativa no Período 1979/80

Produto	Variação Absoluta		Variação Relativa	
	US$ milhões	1.000 toneladas	% do valor	% da quantidade
Grão	214,4	910,4	119	142
Farelo	312,1	1.411,1	27	27
Óleo bruto	84,3	207,3	26	40
Óleo refinado	3,0	2,9	43	31
TOTAL	613,8	—	37	—

O aumento da quantidade exportada do complexo soja, em 1980, deveu-se ao crescimento de 49% na produção interna que, de 10,2 milhões de t, em 1979, passou a 15,16 milhões em 1980 — a maior safra já obtida no país.

Por outro lado, em 1979, havia uma escassez de oferta de óleo no mercado internacional o que propiciou, naquele ano, cotações bastante elevadas para o produto. Em 1980, o preço médio do óleo de soja (bruto) foi 10% menor do que o de 1979. Isso fez com que a receita de exportação desse item crescesse 26% enquanto a quantidade exportada aumentou 40%. A queda dos preços do óleo e o crescimento acentuado da safra norte-americana que se colheu a partir de setembro de 1980 "puxaram" os preços do grão e o resultado foi uma expansão de 142% na quantidade exportada e de apenas 119% na receita obtida com a exportação desse item.

LARANJA E SUCO

BRASIL — Exportações de Laranja "In Natura" e Suco Concentrado de Laranja — Comparativo das Variações Absoluta e Relativa no Período 1979/80

Produto	Variação Absoluta		Variação Relativa (%)	
	US$ 1.000	t	US$	t
Laranja *in natura*	-2.637	-7.365	-15,08	-8,21
Suco concentrado	57.262	108.780	20,34	37,20
TOTAL	54.625	—	18,27	—

FONTE: Cacex.

As perspectivas de exportação para o setor de cítricos em 1980 não eram nada animadoras, tendo em vista que os mercados interno e externo, naquela época, apresentavam estimativas de excedentes crescentes. Junte-se a isso, a boa safra norte-americana esperada para 1979/80, o que reduziria de forma significativa a penetração do suco concentrado brasileiro no mercado externo.

A maxidesvalorização de 30%, determinada pelo governo em dezembro de 1979, veio modificar em parte esse quadro na medida em que a nova taxa cambial elevou a competitividade do produto nacional nos mercados da Europa — principais consumidores do suco — onde, devido à valorização do dólar e conseqüente sobrevalorização do cruzeiro, as exportações vinham sendo seguidamente prejudicadas.

Àquela altura, a comercialização da safra 1980/81 não sofreu a incidência de nenhum Imposto de Exportação, como forma de anular em parte os efeitos da desvalorização da moeda. Foi determinada a cobrança de uma quota de contribuição regressiva, que objetivava disciplinar as exportações ao longo da temporada, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 1980 e valores bem inferiores aos 30%. Vale lembrar que a política de minidesvalorizações do cruzeiro, seguida ao longo de 1980, não foi capaz de manter a paridade cruzeiro-dólar à época da "maxi", reduzindo, assim, a competitividade do produto brasileiro, a partir do segundo semestre do ano.

TÊXTEIS

BRASIL — Exportações de Produtos Têxteis — Comparativo das Variações Absoluta e Relativa no Período 1979/80

Produtos	Variação Absoluta		Variação Relativa (%)	
	US$ 1.000	t	US$	t
Fios de algodão	25.916	1.881	16,7	3,4
Fios artificiais e sintéticos	5.338	-372	14,9	-4,0
Tecidos de algodão	-546	-678	-0,5	-2,6
TOTAL	59.994	—	11,19	—

FONTE: Cacex.

Os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro determinada pelo governo em dezembro de 1979, sobre as exportações de têxteis, em 1980, não foram nada significativos, tendo em vista que a receita global deste agregado elevou-se em apenas 11,19%. Dentre os principais produtos do grupo têxtil, a variação mais expressiva ficou com a parte dos fios — de algodão e de fibras artificiais e sintéticas — cuja receita aumentou US$ 31,2 milhões, vindo em seguida as roupas de cama e mesa, os tecidos e artigos de malharia e peças de vestuário e seus acessórios, cujas receitas elevaram-se em US$ 14,2 milhões, US$ 8,1 milhões e US$ 9 milhões respectivamente. O grupo dos tecidos apresentou queda em sua receita e em seu volume exportado, compensada pelo crescimento das exportações dos itens anteriormente mencionados.

Esta performance pode ser explicada pelo alto grau de competitividade do mercado internacional de têxteis, pelas práticas protecionistas adotadas nos principais mercados consumidores e pela reduzida participação do Brasil nesse mercado, responsável por cerca de 3% das exportações mundiais. O fator mais importante, porém, foi que, após a "máxi" de dezembro o governo procedeu à retirada total dos subsídios concedidos à exportação de têxteis — crédito-prêmio de IPI e ICM — e não adotou uma política de minidesvalorizações que mantivesse a paridade cruzeiro/dólar após a determinação da máxi. "Desse modo, o efeito líquido acabou tornando-se negativo, o que reduziu a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, propiciando uma receita de apenas US$ 828,3 milhões, contra uma projeção inicial de US$ 1,1 bilhão.

COMENTÁRIOS

CAFÉ

Um tratamento preferencial (?)

A primeira medida governamental, subseqüente à decretação da maxidesvalorização do cruzeiro, foi a criação de um Imposto de Exportação, que incidirá sobre as vendas externas de um extenso conjunto de bens primários. A divulgação da lista foi acompanhada por manifestações de protesto por parte das lideranças dos diversos segmentos prejudicados pela medida. Afinal, as exportações de produtos atingidos pela alíquota maior (20%) terão um ganho insignificante em decorrência da "maxi", 4%, no máximo.

Em relação ao café, os fatores ocorreram de maneira completamente diversa. De fato, o governo, movido aparentemente por razões de simplicidade burocrática, evitou criar um novo imposto para o café, preferindo aumentar o confisco cambial em 37,6%. Isto equivaleu à fixação de um Imposto de Exportação de 21,5%. Em termos de receita, o valor unitário médio da exportação de café aumentou ainda menos do que o dos demais produtos taxados; apenas 2%, o que parece, até, decorrer de erros de aproximação. Quanto às manifestações de protesto, tanto dos exportadores, quanto das cooperativas e das associações de produtores, foram extremamente tímidas, até agora.

A utilização do confisco como mecanismo substituto do Imposto de Exportação, no caso específico do café, de fato, simplifica o lado burocrático da questão. Contudo, pelo menos um outro aspecto deve ser considerado. O Imposto de Exportação tem caráter transitório, segundo declararam as autoridades governamentais, na ocasião em que foi decretado. Sua eliminação, no entanto, é uma operação delicada e de riscos elevados. É bom lembrar a situação vivida em 1980, quando as vendas externas de alguns produtos importantes, como a soja, por exemplo, permaneceram praticamente paralisadas, em razão da expectativa de eliminação do imposto que sobre eles incidia. Esta expectativa era alimentada, na verdade, pela demora das autoridades em resolverem a questão e, paralelamente, contribuía para deprimir as cotações do mercado externo. Como conseqüência, quando o imposto foi retirado e as vendas reiniciadas, os preços haviam declinado significativamente.

Cabe perguntar, portanto, se o aumento do confisco do café tem, também, caráter provisório. Se a resposta for afirmativa, uma outra questão se segue: a retirada de qual dos dois mecanismos (confisco ou imposto) envolveria riscos maiores? A eliminação do imposto não é isenta de riscos, como a prática já demonstrou. Já a eliminação do confisco pode ser ainda mais perigosa, uma vez que este instrumento tradicional do mercado de café é visto, pelas autoridades, como um sobre-preço pago pelo importador e, não, como um tributo que recai sobre agentes domésticos.

O segundo ponto é bastante curioso. O segmento exportador, até agora, não parece ter tomado conhecimento da questão. Os representantes dos produtores e das cooperativas preferiram centrar suas manifestações na contestação à estimativa de safra do IBC e em reivindicações, como a indexação do preço de garantia e a interrupção provisória dos leilões, propostas estas que, há muito, foram descartadas pelas autoridades. Não cabe aqui discutir as razões do comportamento destas lideranças. Cabe, porém, o registro do fato.

A "tributação especial" reservada às exportações do café deve ser analisada tendo, como pano de fundo, a intenção que está implícita nas últimas medidas decretadas para o setor: congelamento do preço de garantia, correção do confisco a cada desvalorização cambial e o início dos leilões de parte do estoque oficial do café.

Ressalte-se que os leilões são absolutamente necessários, para que a demanda das torrefadoras e dos exportadores, durante o primeiro semestre do ano, possa ser atendida. É evidente, contudo, que as três medidas, anunciadas em dezembro, e o reajuste de 37,6% do confisco, por ocasião da "maxi", têm caráter baixista e justificam-se, principalmente, pela expectativa de que a próxima colheita será volumosa.

O Quadro 1 ilustra a questão. Nele, procura-se estimar a evolução,

QUADRO 1

BRASIL -- Evolução do Valor Bruto da "Cambial" de Exportação de Café -- 1983

Data do Reajuste Cambial	Preço Mínimo de Exportação US$/sc (1)	Confisco Cambial US$/sc (2)	Confisco Cambial Variação Percentual (3)	Valor da "Cambial" em US$/sc (4)	Taxa de Câmbio Cr$/US$ (5)	Taxa de Câmbio Variação Percentual (6)	Valor da "Cambial" em Cr$/sc (7)
Até 6/1	171,60	50,00	–	121,60	251,79	–	30.617,66
6/1/83	171,60	51,50	3,00	120,10	255,98	1,66	30.743,20
11/1	171,60	53,00	2,91	118,60	259,69	1,45	30.799,23
19/1	171,60	54,50	2,83	117,10	264,78	1,96	31.105,74
21/1	171,60	56,00	2,75	115,60	269,28	1,70	31.128,77
28/1	171,60	57,30	2,32	114,30	273,91	1,72	31.307,91
33/2	171,60	58,70	2,44	112,90	278,80	1,79	31.476,52
11/2	171,60	60,50	3,07	111,10	285,11	2,26	31.675,72
17/2	171,60	62,50	3,31	109,10	291,95	2,40	31.851,75
21/2	171,60	86,00	37,60	85,60	379,54	30,00	32.488,62
2/3	171,60	87,00	1,16	84,60	386,71	1,89	32.715,67

OBS.: US$ 1,30/lb-peso convertido para US$/sc através do coeficiente 132, conforme utilização difundida no mercado brasileiro.

em dólares e em cruzeiros, do valor bruto da "cambial" do exportador. Isto é, o valor que o exportador recebe, quando realiza uma operação de câmbio junto à rede bancária, após fazer uma venda de café para o exterior. Observe-se que, deste valor, não estão descontadas diversas despesas e tributos, como os custos dos fretes internos, as despesas de armazenagem, o ICM, o PIS etc. Está descontado, apenas, o confisco cambial.

Antes de se observar os resultados obtidos, é preciso esclarecer que, nos cálculos efetuados, considerou-se o preço mínimo de registro do IBC (PMR) como um indicador razoável do preço efetivo de venda. É claro que os exportadores não vendem café, necessariamente, por este valor. Quando as condições de mercado são favoráveis, o preço de venda é superior ao PMR; em situação inversa, é prática comum registrar a operação pelo preço mínimo e devolver parte do pagamento ao importador, através do mecanismo conhecido como "câmbio português". Estas possibilidades, contudo, não foram consideradas neste exercício. Os erros decorrentes são de pequena monta e o levantamento estatístico foi bastante simplificado.

Algumas observações, relativas aos resultados do Quadro 1, saltam aos olhos:

a) no período analisado, o confisco aumentou 74%, contra 54% de variação da taxa cambial;

b) o valor "cambial", medido em cruzeiros (col. 7) aumentou apenas 7% nos mesmos dois meses;

c) todos os reajustes do confisco superaram as variações da taxa de câmbio, com exceção do último (col. 3 e 6);

d) o confisco cambial já ultrapassou o valor "cambial" bruto, medido em dólares (US$ 87/saca e US$ 84,60/saca, respectivamente). Vale dizer: a arrecadação total do governo (confisco, ICM, PIS etc) decorrente da exportação do café é, muito provavelmente, maior do que o preço líquido recebido pelos exportadores, mesmo

descontando-se o custo médio dos avisos de garantia emitidos pelo IBC.

O confisco cambial, é bem verdade, esteve congelado, entre julho de 1981 e dezembro de 1982, no nível de US$ 50/saca. Este fato, no entanto, não justifica a solução adotada pelo IBC. Todos sabem que os lucros decorrentes do congelamento do confisco foram apropriados, em grande proporção, pelo segmento exportador, e que isto só foi possível, em razão da vigência do sistema cartorial de distribuição das quotas individuais de exportação, criado pelo IBC. Assim, os reajustes exagerados do confisco equivalem a uma transferência de lucros abusivos de um segmento para outro. Neste caso, o beneficiário é o governo.

Duas conclusões óbvias, mas importantes, advêm da análise do quadro acima. A primeira é que a tributação imposta às exportações de café é muito maior do que aquela que recaiu sobre os produtos primários atingidos pelo Imposto de Exportação. Antes da "maxi", o confisco havia já sido corrigido em 25%, desde o início do ano. Além disso, a alíquota máxima do Imposto de Exportação é de 20%, enquanto o reajuste do confisco, decretado na ocasião, equivale a um tributo adicional de 21,5%. Qualquer dos demais produtos enquadrados na alíquota máxima de 20% cujo preço externo tenha permanecido constante, em 1983 sofreu um aumento de receita média de exportação de 23%, até 2 de março. A receita cambial bruta do café elevou-se em apenas 7%.

Uma outra conclusão é que a manutenção estrita das atuais regras de comercialização do café brasileiro, comprometerá, certamente, a meta de exportação do primeiro semestre de 1983, a menos, é claro, que ocorra uma improvável alta das cotações internacionais. Os preços domésticos do café, arrastados pela escassez relativa de hoje, continuam a apresentar ligeira tendência altista. Esta situação deverá agravar-se nos próximos meses, pois os estoques privados são de fato, reduzidos. Por outro lado, o valor médio da receita bruta do exportador tem evoluído insatisfatoriamente. Aqui e ali, surgem informes de ocorrência de "câmbio português". É muito provável, portanto, que as autoridades modifiquem, em breve, ao menos uma das regras de comercialização hoje vigentes. Uma das três medidas a seguir, por certo, será adotada:

1) aumento (irreal) do preço mínimo de registro;

2) reajustes proporcionalmente menores do confisco ou, quem sabe, seu congelamento;

3) aumento da quantidade de café ofertada nos leilões do IBC, com o objetivo de deprimir as cotações internas.

A primeira medida viabilizaria as exportações, preservando, ao mesmo tempo, os níveis atuais dos preços internos. Contudo, o artificialismo evidente desta hipótese impedirá sua adoção. Entre outros inconvenientes, resultaria em um aumento dos descontos de preço concedidos aos importadores, a menos, é claro, que fosse precedida por uma alta (improvável, a esta altura) das cotações externas.

Muito provavelmente, o IBC procurará valer-se de alguma combinação, em graus variáveis, das duas outras possibilidades. O confisco, de agora em diante, deverá ser reajustado a taxas inferiores às do início do ano, e, nos leilões, a autarquia ofertará quantidades maiores de café. Do ponto de vista dos detentores de estoques, isto representará algum prejuízo; os exportadores e os torrefadores, por outro lado, serão largamente favorecidos, pois apenas a garantia de que o IBC ofertará, todos os dias, quantidades razoáveis de café, facilitará, em muito, a política de compra destes comerciantes.

CANA-DE-AÇÚCAR

Diminuiu a gravosidade, mas as dificuldades persistem

O objetivo do governo brasileiro de reduzir os subsídios concedidos ao açúcar, expresso na carta de intenções enviada ao Fundo Monetário Internacional, não parece de fácil efetivação em curto espaço de tempo. Conforme informações fornecidas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1982, os gastos com os subsídios direcionados ao setor açucareiro somaram Cr$ 311 bilhões, dos quais 74%

foram despendidos com as exportações do produto, visto que o preço obtido com estas vendas foi quase que permanentemente inferior ao seu custo de aquisição interna. Os 26% restantes do valor dos subsídios correram por conta da política de equalização dos custos do Nordeste, Minas Gerais e do Rio de Janeiro em relação aos custos de produção dos demais estados da Região Centro-Sul.

A presente conjuntura do mercado internacional do açúcar tem obrigado todos os países exportadores a arcarem com pesada gravosidade em suas vendas. No caso do Brasil, em que o IAA assume integralmente a comercialização do produto para os mercados interno e externo, o ônus provocado pelos baixos preços, no mercado externo, recai sobre aquela instituição.

O Quadro 1 estabelece a comparação entre a média mensal do preço mundial calculado pela Organização Internacional do Açúcar e os preços de aquisição do produto nos últimos quatorze meses. Para que a comparação pudesse ser estabelecida, converteu-se o preço calculado pela OIA, de dólares para cruzeiros.

Observa-se que o preço de aquisição do açúcar demerara, fixado para a Região Centro-Sul, tornou-se superior ao preço mundial, desde abril do ano passado. O preço pago ao produtor do Nordeste, por sua vez, apresentou, em todo o transcurso de 1982, larga diferença em relação ao preço

QUADRO 1

AÇÚCAR DEMERARA: Comparativo da Evolução Mensal do Preço Mundial e do Preço de Aquisição nas Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste — Janeiro de 1982 a Fevereiro de 1983 — Cr$/sc 50 kg

Mês	Preço Mundial (calculado pela OIA)	Preço Interno de Aquisição	
		Centro-Sul	Norte-Nordeste
Janeiro-82	1.853,39	1.450,06	2.084,37
Fevereiro-82	1.977,87	1.450,06	2.084,37
Março-82	1.791,16	1.747,12	2.502,61
Abril-82	1.596,15	1.747,12	2.502,61
Maio-82	1.421,76	1.747,12	2.502,61
Junho-82	1.261,40	1.747,12	2.502,61
Julho-82	1.518,91	1.747,12	2.502,61
Agosto-82	1.405,41	1.747,12	2.502,61
Setembro-82	1.280,95	1.747,12	2.502,61
Outubro-82	1.400,34	2.730,32	3.914,38
Novembro-82	1.645,39	2.730,32	3.914,38
Dezembro-82	1.694,71	2.730,32	3.914,38
Janeiro-83	1.732,15	2.730,32	3.914,38
Fevereiro-83	2.179,80	2.730,32	3.914,38

FONTE DOS DADOS BRUTOS: OIA e IAA.

calculado pela OIA, em função do subsídio para a equalização dos custos, de que se beneficiam os produtores.

Os fatores de desestabilização que atingiram tanto o mercado interno, como o externo, no último ano, provocaram uma tendência crescente ao agravamento da gravosidade das exportações do produto. Enquanto, de um lado, o preço externo do açúcar sofreu sucessivas baixas, por outro lado, a elevação do custo de produção do açúcar brasileiro obrigou o IAA a reajustar o preço de aquisição em 20% no mês de março e em 56%, em outubro.

Embora o processo de minidesvalorizações do cruzeiro tenha sido ligeiramente acelerado a partir de julho do ano passado, seus resultados mostraram-se insuficientes para reduzir de forma sensível a distância entre os preços internos e os externos. Neste sentido, a recente desvalorização da moeda brasileira em 30%, teve o mérito de reduzir mais significativamente a atual gravosidade das exportações do produto. Assim sendo, em fevereiro último, o preço mundial do açúcar esteve bastante próximo do preço de aquisição estipulado para a região Centro-Sul.

Contudo, a menor diferença entre os preços da aquisição interna do açúcar e sua cotação nas bolsas internacionais teve breve duração. Isto porque os preços pagos aos usineiros pelo IAA foram reajustados no princípio de março, embora em um percentual aquém das expectativas do setor. Com o reajuste de 23% no preço do produto, o que determinou um preço de aquisição para o tipo demerara de Cr$ 3.370,49 por saca de 50 kg, na região Centro-Sul, e de Cr$ 4.831,94/50 kg, no Norte-Nordeste, os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro sobre as exportações de açúcar foram minorados.

Cabe ainda ressaltar que a maxidesvalorização favorece a elevação do custo de diversos insumos, o que obrigará o governo a conceder, no futuro, novos reajustes de preços aos produtores de açúcar, em função desta elevação.

Na medida em que o mercado internacional do açúcar não apresenta qualquer possibilidade de recuperação para os próximos meses, os subsídios concedidos à exportação do produto serão obrigatoriamente mantidos. Isto porque, na presente temporada, o país não deverá alterar a quantidade de açúcar destinada à exportação em relação às safras passadas, caso pretenda preservar para os próximos anos sua quota de 3,2 milhões de toneladas, determinada pela OIA com base na média do volume exportado nos três últimos anos.

Por sua vez, os subsídios de equalização de custos repassados aos estados no Nordeste, Minas Gerais e Rio de Janeiro, deverão ser mantidos. A supressão destes subsídios somente poderá acontecer em um prazo mais prolongado e mediante a melhoria dos rendimentos obtidos com a matéria-prima nas áreas produtoras daqueles estados, pois trata-se de um conjunto de iniciativas que consiste na introdução de novas variedades de cana-de-açúcar, no maior aproveitamento da sacarose da cana moída, na implementação de projetos de irrigação e drenagem em regiões com deficiências hídricas, bem como na superação dos atuais problemas financeiros do setor. A súbita retirada deste subsídio representaria inviabilizar a continuidade da atividade da agroindústria açucareira naqueles estados.

SUCO CÍTRICO

Sem a ajuda do clima

As perspectivas para os setores envolvidos com o suco de laranja este ano, não são nada animadoras, ao contrário do início do ano passado, quando as previsões indicavam que as exportações do produto poderiam superar o recorde de 1981 e ultrapassar os US$ 700 milhões em receita. Na melhor das hipóteses, o setor conseguirá repetir a performance de 1982, quando foram exportadas 502 mil t de suco, com uma receita de aproximadamente US$ 552 milhões.

A significativa queda ocorrida nas vendas externas de suco, no ano que passou, além de reduzir a entrada de divisas, deverá contribuir para a formação de um excedente, estimado hoje entre 100 e 150 mil t de suco,

GRÁFICO 1

SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – Cotações Médias Mensais na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque – 1981/82 (US¢/lb-peso de sólido solúvel)



que, acrescido à produção da temporada 1983/84, poderá reduzir ainda mais as cotações do produto no mercado internacional (ver Gráfico 1). Isto poderá acarretar, ao final da próxima safra, um estoque da ordem de 300 mil t, caso permaneçam as atuais condições de mercado.

A formação de excedentes crescentes no mercado doméstico deverá pois, desde já, ser evitada, como forma de impedir que se chegue a uma situação extremamente crítica, tanto para os agricultores como para os industriais.

A comercialização do suco em 1982, embora tenha ficado aquém do esperado, contou ainda com uma situação de mercado extremamente favorável, na medida em que a geada de janeiro, a segunda geada consecutiva sobre os pomares da Flórida, reduziu de forma significativa a oferta de suco no mercado norte-americano, permitindo, desse modo, que o Brasil exportasse para aquele mercado uma grande quantidade do produto. Vale lembrar que a queda ocorrida nas exportações deve-se basicamente à existência de elevados estoques de suco nos países importadores, à sobrevalorização do cruzeiro, que reduziu a competitividade do produto no mercado europeu e, em menor escala, à redução ocorrida no consumo, principalmente na Europa, devido à crise econômica mundial, que desde o final de 1980 vem reduzindo o poder de compra do consumidor e elevando de forma acelerada os níveis de desemprego. Além disso, as altas taxas de juros praticadas no mercado internacional e as perspectivas de um balanço de oferta/demanda folgado para 1982/83 e 1983/84, impediram que esses estoques fossem mantidos, reduzindo dessa forma a demanda por parte dos importadores.

Em 1983/84, as vendas para o mercado norte-americano deverão ser inferiores às de 1981/82 e 1982/83, tendo em vista que não ocorreram novas geadas na Flórida, em janeiro, e a recuperação dos pomares daquele país foi superior à esperada. A última estimativa do USDA aponta uma produção, para aquele estado, de 151,6 milhões de caixas, 17,5% superior à safra colhida em 1981/82 (estimativa de fevereiro, ver Quadro 1). A produção de laranjas *Valência*, a mais utilizada pela indústria de suco, deverá ter um crescimento de 44,8%, enquanto as variedades precoces deverão apresentar uma pequena redução, de 2,7%.

Vale lembrar, ainda, que os EUA impuseram uma sobretaxa de cerca de US$ 30/t sobre o suco importado do Brasil. Negociações feitas entre os governos brasileiro e norte-americano, definiram um acréscimo no Imposto de Exportação a partir de 30/4, terminando-se, assim, com a sobretaxação (ver efeitos da "máxi" na análise da Balança Comercial).

Quanto ao processamento da safra dos EUA, até o início de fevereiro apresentava um crescimento de 5%, enquanto as importações e o consumo da temporada 1982/83, que teve início em 1º de novembro, apresentavam um crescimento de 61,3% e uma queda de 20,9% respectivamente.

No Brasil, a última estimativa divulgada pelo IEA para a safra paulista 1982/83 aponta uma produção de 183 milhões de caixas. Desse total, cerca de 145 milhões estão acabando de ser moídas pela indústria, o que deverá resultar numa produção de suco de aproximadamente 530 mil t, considerando-se também o esmagamento, ainda que pequeno, das laranjas de casca mole (as chamadas laranjas precoces).

A produção de suco poderia ter sido superior, não fosse a perda de aproximadamente 10 milhões de caixas — ocorrida em conseqüência do atraso da colheita — e as constantes chuvas e ventos, que acabaram retardando ainda mais a comercialização, reduzindo o teor de sólido solúvel da fruta. A queda do teor de sólidos, por seu turno, diminuiu o rendimento industrial da laranja, impedindo, dessa forma, que se conseguisse, a exemplo de 1980/81, o recorde de 3,75 kg de suco por caixa processada. A indústria teve, dessa forma, seus custos de produção elevados, na medida em que, para cada tonelada de suco, uma maior quantidade de laranja teve que ser esmagada. Por outro lado, a Cacex, devido às condições de mercado e tentando garantir a colocação do suco no exterior, manteve o mesmo preço

QUADRO 1

*LARANJA — Produção Norte-Americana, Segundo os Principais Estados Produtores Safras 1981/82 e 1982/83 *(1.000 caixas de 40,8 kg)*

Estado/Variedade	Safra 1981/82	Safra 1982/83	Var. % Anual
Flórida	129.000	151.600	17,5
Precoces	74.000	72.000	-2,7
Temples	3.200	4.600	43,7
Valências	51.800	75.000	44,8
Califórnia	38.840	56.667	45,9
Precoces	25.500	33.333	30,7
Valências	13.340	23.334	74,9
Texas	5.762	5.609	-2,7
Precoces	3.495	3.409	-2,5
Valências	2.267	2.200	-3,0
Arizona	2.792	2.542	-8,9
Precoces	792	750	-5,3
Valências	2.000	1.792	-10,4
Produção total dos EUA	176.394	216.418	22,7

* Estimativa preliminar.
FONTE: USDA, via Unicom News.

mínimo de exportação da temporada anterior, US$ 1.100/t. Apenas o Imposto de Exportação, que era de 10% sobre o valor FOB, em 1981/82, foi reduzido para 1%, como forma de viabilizar o processamento e o pagamento aos produtores da atual safra.

Neste quadro, os mais prejudicados porém, foram os agricultores, que, além de perderem parte da safra, devido ao atraso na colheita, tiveram o preço recebido pela fruta reduzido de forma significativa, em razão da forma de pagamento acertada, associada à permanência de elevados índices de inflação, em 1982.

Para 1983, as perspectivas da negociação de preço entre produtores e indústria não são nada alentadoras, na medida em que se espera uma safra de laranja superior à da temporada atual e um excedente de suco bem maior do que o existente em maio de 1982. Assim, desde já, agricultores e industriais deveriam preparar-se para sentar à mesa de negociações dispostos a encontrar a melhor solução para todos, evitando que as desagradáveis situações que marcaram a negociação de 1982 se repitam, agora porém, com maiores dificuldades. A busca de mercados alternativos, seja para a laranja *in natura*, seja para o suco

concentrado, será a única solução possível para o impasse que se apresenta já há alguns anos. A elevação do consumo no mercado doméstico desses dois produtos aparece como uma forma de diminuir a dependência do setor em relação ao mercado internacional, sujeito a medidas protecionistas que poderão prejudicar as exportações já este ano.

TRIGO

A maxidesvalorização aumentou o peso do subsídio

O plantio do trigo no Brasil tem como data inicial recomendada o dia primeiro de março. Este ano, porém, até essa data, não haviam sido definidos nem o Valor Básico de Custeio, nem o Preço de Garantia oficial para a triticultura.

Não é necessário relembrar a gravidade desse fato dentro da dinâmica da agricultura do país. Os produtores que já colheram suas lavouras de soja precisam daqueles sinalizadores (VBC e preço de garantia) para não só definirem suas intenções de plantio do cereal de inverno, como para, efetivamente, iniciar os trabalhos de preparo do solo. Ou seja, até o presente momento, o produtor não sabe qual será o montante de crédito de que disporá para formar sua lavoura e, muito menos, a que preço as autoridades governamentais pretendem adquirir o trigo.

As únicas informações disponíveis até agora não passam de conjecturas a respeito da mudança da sistemática de correção do preço de garantia, que perderia a correção cambial, sendo substituída por algum outro fator de reajuste de preços, como o INPC, por exemplo.

A sistemática anterior efetivamente aumenta o ganho dos produtores. De fato, em função da correção cambial, os triticultores gaúchos obtiveram, segundo a Fecotrigo, um preço médio, em 1982, 123% superior ao de 1981, enquanto a variação do INPC entre novembro de 1981 e novembro de 1982 — pico da colheita gaúcha — foi de 94%.

Em 1983, dependendo da evolução da correção cambial e do INPC — caso esse índice seja realmente adotado para o cálculo dos reajustes — a modificação poderá ou não representar vantagem para os produtores. A mudança favorecerá os triticultores, se a correção cambial a partir da maxidesvalorização do cruzeiro, em fevereiro, seguir uma paridade com o ritmo das desvalorizações, determinado pela diferença entre as taxas de inflação interna e externa e se o INPC for um espelho fiel da variação dos preços internos. Isto fará com que esse índice contabilize, em tese, reajustes mais generosos.

Toda a discussão a respeito dos parâmetros que, em última instância, irão definir os preços recebidos pelos produtores, reveste-se de especial importância, na medida em que deverão ser consumidas, no país, em 1983, segundo a Sunab, 5,5 milhões de t de trigo (exclusive sementes) das quais 4 milhões serão importadas. Dada a relação entre a produção interna e o consumo, é importante ressaltar o interesse de se manter a produção doméstica de trigo, onde ela apresentar viabilidade técnica e econômica.

Além disso, há a questão do subsídio ao consumo. Este subsídio aumentou significativamente, com a maxidesvalorização do cruzeiro. Com efeito, o governo passou a importar a tonelada de trigo a Cr$ 75.900,00 e a vendê-la por Cr$ 35.290,00 (preço reajustado em 30%, uma semana antes da "maxi") ou seja, por apenas 46% do preço de aquisição. O subsídio, neste caso, passa a ser da ordem de Cr$ 40.000,00, enquanto que, antes da "maxi" e do reajuste do preço de venda, ele se situava em torno de Cr$ 30.000,00.

A eliminação deste subsídio parece, portanto, mais distante do que se pretenderia. Isto porque seu valor cresce a cada nova desvalorização cambial, ao mesmo tempo em que cresce a dificuldade de sua retirada — via reajustes freqüentes dos preços de venda aos moinhos — à medida em que a inflação se acelera.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros M A M J J A S O N D J F	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	12,44	6,29	6,47	6,24	6,65 6,85 7,19 7,55 7,80	↘	F.O. Licht estima redução de 1,3% na área de beterraba na Europa para a safra 1983/84.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	58,98	62,11	63,61	64,34	66,68 67,99 68,97 67,73 67,92	↘	Perspectivas de alta, caso se confirmem as perdas da safra da URSS e a intenção desse país de entrar no mercado comprando algodões de tipo superior.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	1940,68	1815,50	1784,45	1746,20	1746,20 1860,02 1879,15 1894,05 1913,80	↘	Preços em ligeiro declínio em razão da perspectiva baixista das cotações dos metais.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	153,98	125,42	125,82	125,52	125,52 120,96 119,44 117,95 115,28	→	Queda de preços dos metais provocou ligeira queda no mercado de café. Cotações sustentadas pela possibilidade de corte nas cotas de exportação, caso a queda continuasse por mais alguns dias.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	262,74	278,72	283,07	283,20	273,22		282,79		289,76		288,38			288,31				EUA – área de cultivo menor para a safra deste ano. Menores produtividades das safras da Argentina e da África do Sul.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	623,64	591,76	588,84	579,30	590,42		605,38		618,70	622,49	623,74		633,38		645,76			A confirmação da redução de 4,6% na área plantada nos EUA terá, a médio prazo, efeitos positivos sobre as cotações.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	191,27	173,03	171,04	166,20	176,98		180,49		184,33	185,67	186,65	187,91		191,84	194,03			Apesar do crescimento registrado no consumo, a existência de boa oferta do produto impede a recuperação dos preços.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	357,11	340,78	336,78	326,50	338,89		348,95		357,16		366,83			382,68				Depois do impacto negativo da queda dos preços do petróleo e dos metais, as cotações podem se recuperar em função da esperada redução de 8,5% na área plantada pelos norte-americanos.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	6340,61	5900,00	5900,00	5900,00	→	Negócios praticamente paralisados, à espera da entrada da próxima safra meridional. Imposto de Exportação de 20% anula efeito da "máxi".
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	9786,40	9126,47	8775,00	8610,00	↘	Entrada da safra. Boa posição dos estoques governamentais.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	26452,59	26932,77	27088,88	27178,00	↗	Escassez interna agrava-se. Cotações dependem, diretamente, da quantidade ofertada pelo IBC nos leilões diários.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	4915,79	4706,00	4942,00	5000,00	→	Expectativa de aumento das exportações. Dificuldades de repasse de preços no mercado retalhista em função da nova lei salarial. Perdas em termos reais.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.
NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

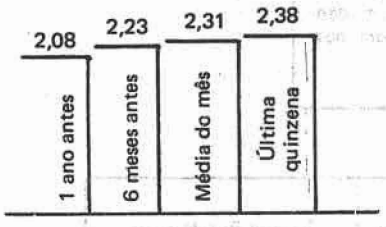
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	7487,24	9023,53	10083,33	10250,00	↑	Quebra de 32% na oferta da safra das águas.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	201,97	149,21	152,85	161,70	↑	Aumento dos preços da ração. Carne bovina em alta.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2176,39	2123,53	2140,00	2180,00	→	Quantidade de milho leiloado na BCSP mantém preços.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	3628,56	3276,47	3365,00	3430,00	→	Expectativas quanto à redução ou queda do Imposto de Exportação reduzem o volume de negócios, na entrada da safra.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

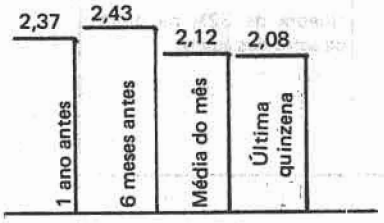
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão
Soja



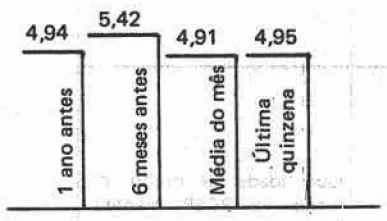
Uma rápida visualização do histograma mostra que a relação algodão/soja apresenta, ao longo de todos os períodos considerados, ganhos para o primeiro produto. Com efeito, enquanto as cotações da malvácea subiam de US¢ 58,98/lb-peso há um ano, para US¢ 63,61/lb-peso, atualmente, as da soja declinavam de US¢ 623,64/bushel para US¢ 588,84/bushel, no mesmo período. As grandes safras de leguminosa, no Brasil e nos EUA e a influência baixista das cotações dos metais preciosos respondem, em grande parte, pelas menores cotações da soja.

Soja
Milho



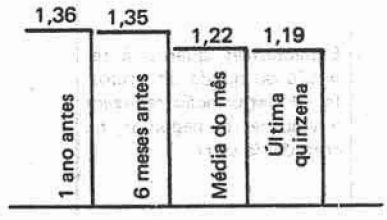
Também o preço relativo soja/milho espelha a deterioração das cotações da oleaginosa, ao mesmo tempo em que o mercado do milho sofria uma influência altista, originária da perspectiva de redução do plantio do cereal no maior produtor mundial, os EUA. Há seis meses, as cotações da soja eram 1,66% maiores do que atualmente e, as do milho, eram 14,7% menores do que hoje, o que promoveu a alteração nesta relação.

Algodão
Milho



O aspecto um tanto errático desta relação deve-se ao fato de que, para ambos os produtos, esperava-se uma contração da área plantada em território norte-americano, estando os dois, também, incluídos no Programa de Pagamento em Produto do governo dos EUA. Embora a redução de área do algodão (19%) superasse a do milho (15%), os grandes estoques do primeiro produto não permitiram maior mudança na relação, que supera ligeiramente o nível de um ano antes.

Trigo
Milho

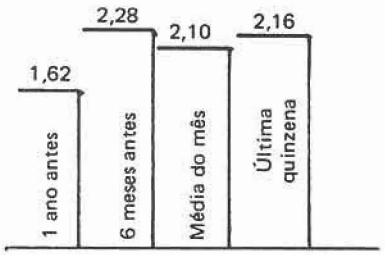


À semelhança da relação algodão/soja, o histograma que apresenta os preços relativos entre os dois cereais mostra uma constante erosão da posição relativa do trigo, cujo mercado já aprendeu a conviver com estoques gigantescos, mas sofre grande influência de movimentos especulativos nos mercados dos metais preciosos. As atuais cotações internacionais do trigo são 5,7% menores do que as de um ano atrás.

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

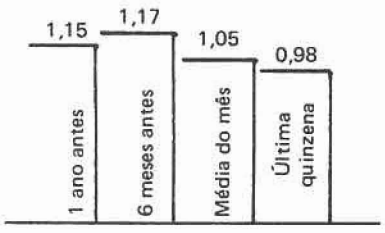
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo / Frango Vivo



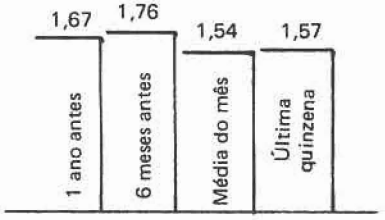
A relação da última quinzena de fevereiro reflete o aumento mais acentuado do preço do boi gordo (+5,03%) do que o do frango vivo (+2,44%), quando comparados com a média do mês. O quociente relativo à média do mês apresenta-se levemente superior àquele registrado seis meses antes (agosto de 1982), em razão do preço mais alto do boi gordo, característica normal do período de entressafra. Quando a relação referente ao mês é comparada com a verificada há um ano atrás (fevereiro de 1982), nota-se uma nítida melhoria dos preços do boi gordo sobre os do frango vivo. O preço médio do boi gordo em fevereiro de 1983 registrou um aumento nominal anual de 106%, enquanto a alta do frango vivo foi de apenas 51,3%. A retomada dos preços do boi gordo, em função das melhores perspectivas de exportação, aliada a maior oferta de frangos, explica a vantagem alcançada pelo boi gordo no período.

Frango Vivo / Ração Ave Corte



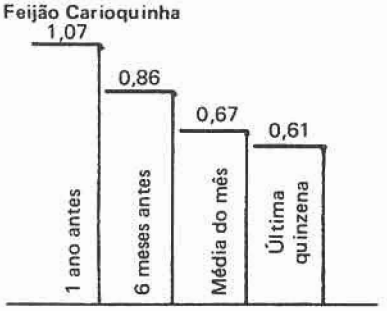
A alta desproporcional (+9,33%) da ração na segunda quinzena de fevereiro explica o registro abaixo da unidade do preço relativo, no período, fato que coloca os avicultores em situação difícil. Essa queda de preços das aves era, no entanto, previsível em função do aumento da oferta no início do ano, detectado através do incremento da produção de pintos havida no fim do ano passado. A recente pressão sobre os preços do milho (fenômeno, aliás, que antecede regularmente a entrada da safra), explica o aumento relativamente superior dos preços da ração. Quando se compara a variação anual dos preços, nota-se que o preço da ração (+65,3%) foi levemente superior ao do frango vivo (51,3%), o que se justifica pela pequena oscilação dos preços do milho no ano passado. Há perspectivas de melhoria dos preços do frango vivo em resposta à alta do boi gordo, registrada no mês.

Soja / Milho



Enquanto os preços da soja, influenciados pelas baixas cotações no mercado externo, cresceram, em termos nominais, 89% em um ano, os do milho acompanharam mais de perto a evolução dos preços internos e aumentaram 101% no mesmo período. Em função disso, houve uma mudança de patamar no preço relativo dos dois produtos.

Feijão Preto / Feijão Carioquinha



A perda da posição relativa do feijão preto, no período de um ano, deveu-se não só ao aumento do plantio desta variedade (devido aos problemas anteriores de abastecimento) e à constituição de estoques volumosos por parte do governo federal como, também, à frustração da atual safra, em que o feijão carioquinha vem atingindo cotações elevadas.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Manoel Fernando Thompson Motta.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Ângelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel.

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Luiz Aranha Corrêa do Lago.
Grupo de Gerência e Economia da Informação — Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL